

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Instituto de Ciências Sociais**

**Departamento de Antropologia**

**RAQUEL LUSTOSA DA COSTA ALVES**

**O Recanto das Guerreiras:**

**Tentativas de vida em contextos migratórios e em  
práticas solidárias, Condomínio Sol Nascente -  
Ceilândia/DF**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Brasília, março de 2017

**RAQUEL LUSTOSA DA COSTA ALVES**

**O Recanto das Guerreiras:**

**Tentativas de vida em contextos migratórios e em  
práticas solidárias, Sol Nascente - Ceilândia/DF**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Soraya Fleischer -  
Departamento de Antropologia,  
Universidade de Brasília.

Prof.<sup>a</sup> Dra. Antonádia Monteiro  
Borges - Departamento de  
Antropologia, Universidade de  
Brasília.

Brasília, março de 2017

***Dedico esta monografia a minha mãe avó Darci Lustosa e ao meu pai avô  
Laurindo Rodrigues, sem vocês minha formação não seria possível.***

## AGRADECIMENTOS

Ingressar na Universidade pública não foi fácil e ninguém avisou que seria, nem permanecer e nem formar nela. Avó Darci e avô Laurindo, começo agradecendo a vocês que fizeram parte de toda minha formação, me criaram e me provaram que o mundo pode ser um lugar melhor e que o amor existe sim, a vocês tenho todo o carinho, respeito e admiração do mundo.

À minha orientadora Soraya Fleischer pela atenciosidade, incentivo, dicas e conselhos. Talvez não saiba, mas seu modo de dar aula sempre me inspirou e teve participação significativa para que eu continuasse na Antropologia.

Às mulheres guerreiras que fizeram ser possível essa pesquisa e à Lucélia e Marcílio que sempre me receberam tão bem em sua casa.

Às professoras e professores, que assim como Soraya, me são exemplos na carreira acadêmica: Antonádia Borges, Carlos Alexandre, Ceíça Ferreira, Cristhian Teófilo, Gustavo Lins e Lívia Vitenti.

A todo o grupo que compôs o projeto de que fiz parte em 2013: *Um Toque de Mídias*. A experiência com vocês me fez crescer muito.

Aos meus colegas do grupo de orientação: Ana Clara, Ângelo, Cíntia, Gabriela, Natália Almeida, Natália Silveira e Rosana. Às reuniões, dicas e conversas das nossas tardes de quarta-feira valeram a pena.

Às minhas amigas e amigos Alexandra Marília, Árina Cynthia, Amanda Holgado, Ana Torres, Débora Obirin e Bernardo Leal por me darem leveza quando o peso dos dias tristes me fazia chorar. Amiga Narandaye, obrigada pelos cafés das madrugadas e pelos conselhos da vida grande.

À minha mãe Maria da Guia pelo cuidado, amor e amizade. Ao meu pai Jadir Rodrigues pela alegria e entusiasmo contagiante. Aos meus irmãos Gilson e Rafael pela confiança.

A você, meu poeta e companheiro Lucas, que partilha comigo a sensibilidade de enxergar o mundo. Essa sensibilidade me dá coragem para querer uma vida toda ao seu lado.

Sou imensamente grata às pessoas que me apoiaram nessa trajetória.  
Professor Barbosa você estava certo: “de tudo fica um pouco”.

## RESUMO

O presente trabalho tem como intuito abordar a noção de solidariedade com um grupo, que se apresenta como “Rede de Mulheres do Sol Nascente”, em suas práticas cotidianas. Uma das funções desta organização é gerar renda, o que acaba por significar uma reação ao (des)emprego que atinge uma parcela considerável de mulheres que residem no local. O Condomínio Sol Nascente (Ceilândia/DF) por sua vez concentra um grande fluxo migratório da região Nordeste e o que mais chama atenção nesses contextos é a similaridade do diálogo quando se trata de explicar os motivos pelos quais essas pessoas vieram a mudar, em sua maioria, do Nordeste para o Distrito Federal: “tentar a vida”. A partir daí proponho, através de uma etnografia realizada com o grupo, observar as relações de gênero que dialogam com as práticas econômicas solidárias no cotidiano de mulheres que buscam, através da migração, melhores condições de vida e que encontram uma série de dificuldades em se instalar nos arredores da capital.

Palavras-chaves: solidariedade, mulheres, migração, tentar a vida, práticas econômicas solidárias.

## **ABSTRACT**

The present work aims to address the notion of solidarity in daily activities of a group, which presents itself as "Rede de Mulheres do Sol Nascente". One of the functions of this organization is to generate income, which turns out to be a reaction to the (un)employment that affects a considerable number of women who live there. The Condomínio Sol Nascente (Ceilândia/DF), in turn, concentrates a great migratory flow of the Northeast region to the Federal District explained by a very recurrent reason: "try life". From there I propose, through an ethnography carried out with the group, to observe the gender relations that dialogue with the solidarity economic practices in the daily life of women who seek, through migration, work, neighborhood and friendship, better living conditions.

Keywords: solidarity, women, migration, try life, economic solidary practices.

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – Tentativas de vida em contextos migratórios.....</b> | <b>16</b> |
| 1.1 O Condomínio Sol Nascente .....                                  | 16        |
| 1.1.2 Dilemas da migração .....                                      | 22        |
| 1.2 Do barraco ao tijolo .....                                       | 25        |
| 1.3 “Riscos de cair” .....   | 30        |
| <b>CAPÍTULO 2 – A Rede de Mulheres do Sol Nascente .....</b>         | <b>35</b> |
| 2.1 “Sair do atoleiro” .....   | 42        |
| 2.2 A Rede e sua organização .....                                   | 45        |
| 2.3 A Economia SOLIDÁRIA feita por e para mulheres .....             | 51        |
| <b>CAPÍTULO 3 – O mapa afetivo do fuxico.....</b>                    | <b>55</b> |
| 3.1 As mãos mudam de função .....                                    | 55        |
| 3.2 “Aqui eu esqueço meus problemas” .....                           | 61        |
| 3.3 “A gente se sente dona disso aqui” .....                         | 65        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                               | <b>68</b> |



## INTRODUÇÃO

Foi a partir de um projeto de pesquisa sobre o Bolsa Família<sup>1</sup> realizado no Sol Nascente – Ceilândia/DF, pelo professor Pedro Nascimento da Universidade Federal da Paraíba, que eu primeiro pude conhecer a região. Em 2015, eu atuei por um curto período como assistente de pesquisa do referido professor e pude entrar em contato com um grupo de mulheres que trabalham cooperativamente num projeto de economia solidária. Elas se intitulam como a Rede de Mulheres do Sol Nascente.

Descobrimos à época que as cerca de vinte mulheres desse grupo não recebiam auxílio Bolsa Família por burocratização desse sistema e a precarização do local onde residem.<sup>2</sup> Uma das funções desta organização é gerar renda, o que acaba por significar uma reação à condição de desemprego. Assim, por um lado, essa Rede de Mulheres afasta as mulheres do Bolsa Família, mas tenta lhes propor criar outras fontes de renda.

A Rede de Mulheres existe há pelo menos nove anos e teve Marcílio, que além de morador do Condomínio Sol Nascente é costureiro e artesão piauiense, como responsável pela fundação do grupo e pela disposição do espaço – o quintal da casa de sua família. A participação de Marcílio em um grupo majoritariamente feminino foi importante para que eu pudesse entender melhor a história de luta dessas mulheres juntamente a sua história de vida.

No segundo semestre do mesmo ano, 2015, eu decidi transformar esse primeiro contato em um tema de pesquisa para a monografia de graduação. A partir daí, conviver com essas mulheres aos sábados durante a pesquisa me fez enxergar uma pluralidade de motivações que elas demonstram para

---

<sup>1</sup> O Programa Bolsa Família (PBF), é um projeto de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003.

<sup>2</sup> Uma das condicionalidades do PBF, por exemplo, é vacinar os filhos. O Condomínio Sol Nascente não possui nenhum posto de saúde e o transporte público do bairro é limitado, não abarcando toda a região e tornando a mobilidade para que as crianças sejam levadas a outros bairros difícil.

continuar na cidade, ainda com a numérica bagagem de problemas que enfrentam desde a migração. Em seus relatos, a migração foi um espaço comum que adquiriram com expectativas para mudar de vida. A partir daqui iniciava minha pesquisa, tive um grande incentivo de Lucélia e Marcílio, ambos foram muito prestativos e acolhedores nessa jornada.

Organizei a pesquisa em algumas etapas. A primeira reuni um referencial teórico, no qual a disciplina Antropologia do Gênero e Seminários, ministrada pela professora Livia Dias Vitenti, teve muita importância, assim como os textos indicados pela orientadora Soraya Fleischer e colegas do grupo de orientação ao longo das disciplinas Excursão Didática e Dissertação. Ressalvo a experiência que adquiri no projeto *Um Toque de Mídias* realizado pela professora Antonádia Borges, Breitner Tavares e Adirley Queiroz, no ano de 2013, em escolas da Ceilândia que tiveram igual contribuição para a etnografia e que me ajudaram a descobrir aos poucos o sentido do fazer antropológico.

A segunda etapa foi conduzida basicamente pelo campo, que se iniciou ainda no segundo semestre de 2015, quando aceitei o convite de Marcílio e Lucélia a participar das oficinas. O intuito do convite era promover uma parceria entre estudantes da UnB e a Rede de Mulheres como meio de trazer capacitação técnica a Rede, situações descritas no capítulo 2.

O “campo” foi sistematizado e vivido com mais intensidade no seguinte semestre (2016) quando Soraya me aceitou como orientanda. No primeiro semestre me dediquei a ir com frequência aos sábados que ocorriam as oficinas de Economia Solidária, levava diários de campo, anotava o que podia, realizava entrevistas semi-estruturadas, transcrevia e também fotografava, algumas vezes participava das oficinas: aprendi a arte do fuxico e pude confeccionar uma bolsa. No momento das entrevistas foi decidido, por elas, que eu poderia usar seus nomes na monografia, assim optei por não usar pseudônimos e colocar apenas o primeiro nome de cada anfitriã na dissertação.

A terceira etapa, necessária para a conclusão da pesquisa, esteve ligada a resgatar o aprendizado acumulado durante todo o curso de Ciências Sociais. Nesta etapa reuni a bibliografia escolhida concomitantemente ao material escrito dos diários de campo e entrevistas. As fotografias, que tirei pelo celular, me foram bastante úteis e ajudaram nas narrativas etnográficas que construí, por isso escolhi colocá-las em toda a monografia.

\*\*\*

Conhecer o Sol Nascente, enquanto moradora da Ceilândia, foi uma tarefa diferente se comparo com outros bairros que me tornei próxima dentro da mesma Região Administrativa. Todo sábado era uma experiência diferente: micro-ônibus, geralmente cheio, que vinha da direção do Hospital Regional da Ceilândia, fazia o retorno perto do JK Shopping pela Avenida Hélio Prates e passava pela parada onde eu o esperava, ali próximo ao Lojão do bebê e à Feira da Ceilândia. Eu dava sinal para ele parar e entrava (pedindo na cabeça que houvesse um lugar vago). Às vezes eu esperava dez minutos por ele, às vezes trinta – era quando não conseguia mesmo ir sentada.

Ficava tentada a pegar as conduções “piratas”: “Olha a Feira da Ceilândia, Tático, Expansão, P Norte, Sol Nascente, Trem Bão”. Passavam vans brancas, uma atrás da outra que lotavam na altura da Feira, mas como usufruía do passe estudantil ficava difícil optar por esse tipo de condução. As conversas que eu ouvia e participava dentro dos circulares me permitiram compreender um pouco melhor sobre a rotina das moradoras da cidade, posso dizer que o “campo”, de fato, começava dentro do transporte público da Ceilândia.

Em vinte ou vinte e cinco minutos, eu descia na parada do “Trem Bão” - sinônimo da última parada de ônibus da linha, já no bairro do Sol Nascente. O ponto ficava em frente a um grande mercado (Trem Bão) localizado no fim da única avenida do trecho 3 da cidade, já quase sem nenhum asfalto. Em sua volta, camelôs, barraquinhas de frutas e verduras, bazares, padarias, distribuidoras de bebidas e uma variedade musical, comuns aos fins de

semanas da cidade, normalmente agitados pelo trânsito de pessoas pelas ruas: pedestres, bicicletas e carros.

Da parada do mercado até a casa da família – onde ocorriam as oficinas, costumava observar o formato das casas, os vários tipos de endereços e ruas, o percurso durava cerca de cinco minutos. Os endereços distribuídos entre chácaras e condomínios me inquietavam, pois não seguiam uma ordem sequencial nas placas das casas, o que de início me confundiu bastante (situação não muito diferente ao fim da pesquisa). A rapidez em que casas de alvenaria ficavam prontas também me intrigava.

Nos primeiros contatos combinados com Marcílio, ele me aguardava no ponto de ônibus. Íamos conversando sobre sua rotina de trabalho e era uma ocasião ideal para compreender melhor sobre o espaço. Ele gostava de descrever com suas palavras o “antes” e o “agora” da comunidade e sempre fazia questão de lembrar a importância da Rede de Mulheres para o bairro. Quando então já conhecia o caminho e era conhecida pelo grupo comecei a ir por conta própria, ainda assim ele me acompanhava na volta até a parada de ônibus, seu filho Marcelino ia junto com sua bicicleta.

Durante as manhãs de sábado estavam reunidas mães, filhas e filhos. De um lado do quintal crianças realizavam atividades escolares, brincavam e por vezes participavam das mesmas atividades que suas mães que do outro lado realizavam as oficinas de produção. O quintal da Economia Solidária contava com materiais de confecção de produtos espalhados: pneus, garrafas pets, sacolas com agulhas, linhas, tesouras, feltros, pufes, tecidos e máquinas de costura, também contava com muitas cadeiras, três mesas e um pequeno galpão em fase de construção.

Geralmente eu me sentava junto às mães, procurava interagir durante as variadas conversas que tinham e me atentava a tentar conhecer as várias circunstâncias que uniram mulheres à produção de artesanato e costura neste espaço. Em alguns sábados era convidada a almoçar com a família e com algumas mulheres do projeto, aproveitava para desfrutar de suas companhias, escutar e contar sobre nossas trajetórias de vida.

Acredito que por eu ser neta e filha de migrantes nordestinas e residir na Ceilândia encontrávamos pontos comuns que facilitavam uma abertura e imersão na pesquisa. É importante ressaltar que mesmo sendo mulher e moradora do “mesmo local” isso não me tornava mais familiar ou mesmo pertencente ao grupo (nem para elas e nem para mim). Observava que esses fatores traziam certo tipo de identificação, mas não de familiaridade, pois cada indivíduo carrega vivências em diversos âmbitos que não nos permitem conhecer verdadeiramente o lugar do outro (VELHO: 1981). Portanto, sentir-se familiarizada não correspondia a conhecer, de fato, esse ou aquele círculo social, por mais que se apresentassem de uma forma menos distante ou mais conhecida.

Entendo que a problemática referida situa-se, de maneira mais visível, no campo das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, onde as contribuições femininas costumam ser apagadas no âmbito social e histórico, em todo o universo de complexidades das relações sociais. Nas palavras de Fonseca: “Enquanto a imagem pública do homem tem vários pontos de apoio, a da mulher gira quase exclusivamente em torno de suas tarefas domésticas na divisão do trabalho: ela deve ser uma mãe devota e uma dona-de-casa eficiente” (FONSECA, 2004, p. 31).

Leva-se em conta que, de forma majoritária, o grupo de mulheres que entrevistei durante a pesquisa cuida da renda, dos filhos e do trabalho doméstico (na própria casa e muitas na casa de terceiras). Evidenciando historicamente uma desvantagem das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho (ANDRADE: 2007), tendo a mulher uma sobrecarga de trabalho.

Diante disso a pesquisa tem como objetivo refletir – em três capítulos - o impacto de iniciativas solidárias na história da Rede de Mulheres do Sol Nascente. Mulheres que buscaram, através do fuxico, principalmente, um meio de vida para permanecerem em busca de seus sonhos, e acreditaram que um olhar menos penoso sobre a vida, diante das dificuldades, é possível.

Início, no capítulo 1, uma apresentação geral do bairro, o processo de ocupação de suas terras junto aos problemas habitacionais que acompanham a história do DF. Para isso busquei uma breve retrospectiva da transferência da capital do país para Brasília, “a capital da esperança”, ou nas palavras de Ribeiro: “o capital da esperança” (RIBEIRO: 2000) com intuito de analisar os fluxos migratórios que atingem a região, visando retratar basicamente a participação de mulheres nestes até a chegada a Ceilândia e posteriormente ao Condomínio Sol Nascente.

Nesta ocasião pretendo levantar um debate sobre desigualdades entre as camadas sociais que compõem a população do DF para orientar a reflexão sobre os diferentes processos de ocupação e espoliação nos aglomerados urbanos de Brasília para a “comunidade” Sol Nascente – que é o bairro popular onde reside o grupo de mulheres com quem trabalhei. Dentre a população mais significativa de migrantes do bairro Sol Nascente 19,18% são maranhenses e 18,15% piauienses (PDAD, 2015).

O capítulo 2 é destinado à organização da Rede de Mulheres: sob que condições foram levadas ao trabalho com a Economia Solidária, sobre como enxergam essa nova realidade e, sobretudo o que essas práticas revelam sobre o grupo, de que forma transformam suas relações sociais. As relações de gênero, aqui, são usadas para identificar as desigualdades na divisão sexual do trabalho no mundo capitalista e, dialogar diretamente com uma “outra” forma de se gerar renda através da participação feminina nesse espaço.

A inserção delas neste campo de trabalho disponibiliza diferentes olhares para a trajetória de suas vidas a partir da economia solidária e do “tentar a vida”, torna-se um momento intensamente ligado à produção e na qual elas próprias geram sua renda e dão sustento às suas casas e seus filhos (todas são mães). Ademais fazem da organização um espaço de sociabilidade que lhes permite compartilhar as experiências do que vem a ser mulher, mãe, empreendedora no Sol Nascente.

No terceiro e último capítulo mostro o principal trabalho da Rede, o fuxico, mapeando o círculo de significados afetivos que as práticas solidárias

entre o coletivo promovem (CANANI: 2008). Desta maneira busco resgatar o sentido de “tentar a vida” diante das dificuldades encontradas pela Rede de se estabilizar no Sol Nascente.

O aperfeiçoamento de seus trabalhos advém da experiência coletiva, baseada na intensidade das vivências trocadas por elas no contato profissional e afetivo, e principalmente pela união que constroem. É desta maneira que se entendem e buscam autonomia dentro do grupo.

## **CAPÍTULO 1**

### **Tentativas de vida em contexto migratório**

#### **1.1 O Condomínio Sol Nascente**

No cinturão verde, área de preservação ambiental da Ceilândia, crescia uma cidade, atualmente conhecida por Sol Nascente, há pelo menos vinte anos em uma área rural antes destinada à agropecuária que abastecia cidades próximas às RAs<sup>3</sup> de Taguatinga, Samambaia e outros setores da cidade. A história de sua ocupação varia de um canto a outro da cidade, segundo relatos de participantes do projeto que eu tive a oportunidade de entrevistar.

Antes era um recanto pouco habitado por chacareiros, que dispunham de vastos hectares rurais, isso no início dos anos 1990. Havia plantios, criavam-se pastos para gados e também havia uma reserva hídrica destinada à criação de peixes em alguns viveiros. A agricultura familiar era elementar para as atividades econômicas e de subsistência de moradores (PDAD, 2013). A sua ocupação também contou com a participação de carroceiros que usavam o local para guardar carroças e cavalos e que posteriormente ergueram barracos.

Pouco a pouco se observou um movimento de repartição de terras, chamado loteamento. O comércio das repartições se avaliou em um negócio arriscado e vantajoso tanto para quem vendia lotes como para quem os comprava. Vantajoso por atrair um grande público que precisa de um local para morar e arriscado pela “clandestinidade” do terreno que acarretava e acarreta, muitas vezes, na derrubada de casas por parte do poder público, o GDF.

Aqui nascia a região denominada de Recanto dos Guerreiros posteriormente chamado de Sol Nascente, um dos vários nomes dados por moradores devido à presença massiva de nascentes na região. Juntamente ao Pôr do Sol, outro Setor Habitacional próximo, o crescimento do Sol Nascente



gerou muitas inquietações, bem como estigmas sociais que ao longo do tempo revelaram um caráter hostil com moradoras da região da Ceilândia. A grilagem de terras se tornou uma marca na trajetória da cidade.

A região tem 371,60 hectares e conta com a presença de uma forte rede comercial (PDAD, 2013). O transporte público, por sua vez, só alcança o fim da via principal do trecho, por conta da precariedade da mobilidade urbana. O transporte clandestino se tornou outro comércio na cidade causando conflitos entre a rede pública e a rede pirata. A mobilidade do Sol Nascente é totalmente dependente da rede metropolitana de transporte da Ceilândia que já é precária e não consegue atender a demanda da região. Os motoristas não circulam por toda a cidade, muitos têm medo, além de tudo as vias são esburacadas e dão acesso às ruas muito estreitas que motoristas e cobradores desconhecem. A palavra esquecimento traz um leque de situações em que as ausências se mostram enraizadas no histórico de ocupação das terras da região.

Para entender seu surgimento e crescimento, faz-se necessário acessar a memória dos “conterrâneos velhos de guerra” <sup>3</sup> que ergueram a capital dos sonhos, a troco de muito suor (RIBEIRO: 2012), e mais precisamente das inúmeras mulheres que foram invisibilizadas nessa passagem temporal e que tiveram suas histórias e realidades abafadas. Essas inquietações percorrem historicamente as etapas da construção da nova capital, dos conflitos territoriais e dos grandes fluxos migratórios. (RIBEIRO: 2012).

Não foram simplesmente ocupações espontâneas, pois as primeiras “cidades-satélites” foram constituídas do deslocamento promovido pelo GDF para retirar as pessoas (trabalhadores da construção) do centro de Brasília, o Plano Piloto, e despejá-las às margens longínquas (1971). Esses episódios lapidaram a existência das cidades erguidas dali para frente, a lógica de segregação sócio-espacial não toma fim aqui, ela se estende na construção de várias outras cidades afetadas pela inauguração de Brasília, como é o caso da Ceilândia e do Sol Nascente, em períodos distintos. Quanto mais longe se está do “centro” mais próximo se está da invisibilidade. A Ceilândia – nome que

---

<sup>3</sup> Velhos Conterrâneos de Guerra é um documentário que expõe narrativas dos trabalhadores da construção da nova Capital que não puderam habitá-la.

advém de Campanha de Erradicação de Invasões – foi uma das cidades protagonistas desse procedimento de exclusão. Ainda com todas as dificuldades inauguradas lado a lado da capital Brasília, a cidade continuou sendo palco de muitas migrações e a distribuição de lotes se mostrou cada vez mais penosas.

A lógica do “planejamento” inicial foi destinada também às demais cidades que compõem o DF, que é o caso do Sol Nascente, que além de sofrer um desamparo estatal – por não dispor de infraestrutura básico por exemplo - não é reconhecido enquanto parte da Ceilândia. O fato do bairro ser enxergado como uma “favela” dificulta a aproximação do Sol Nascente com a Ceilândia tornando a região ainda mais distante.

“É difícil entender por que um condomínio desse tamanho não é emancipado. Enquanto o GDF não transformar isso aqui em cidade, continuaremos à mercê do que sobra de Ceilândia”, (Seu Antônio, Correio Brasiliense, 2013).

A relação de dependência que se observava entre Ceilândia e Brasília, nos anos 1970, pode ser visível na relação entre Sol Nascente e Ceilândia décadas depois. Há um distanciamento simbólico que marginaliza o setor habitacional e o impede de participar das estruturas vigentes da cidade. Essa dependência existe porque a maior parte das atividades de que as pessoas dependem diariamente estão fora do Sol Nascente: postos de saúde, escolas, CRAS<sup>4</sup>, delegacias, pontos de lazer etc.

O esgoto a céu aberto, a falta de saneamento básico e de infraestrutura tornam o ambiente mais isolado de outras cidades, esses fatores são encarados como desafios para quem almeja através de muitos esforços se estabilizar.

A solução de moradia que essas pessoas encontram no Sol Nascente é arraigada de problemáticas que compelem a ocupação urbana da capital. Ao mesmo passo que o direito à moradia é negado pelo Estado, moradoras buscam alternativas para resolverem problemas estruturais e a essas alternativas damos o nome aqui de solidariedade.

---

<sup>4</sup> CRAS: Centro de Referência da Assistência Social.

O Sol Nascente ocupa uma grande extensão da Ceilândia, porém há um intenso debate sobre o real pertencimento do Condomínio àquela, uma vez que a definição do espaço implica nas ações políticas sobre ele (MOURA: 2012). O setor habitacional Sol Nascente teve uma experiência diferenciada dos outros bairros da Ceilândia. Seu surgimento, ocupação e organização divergem da verticalização urbana das suas cidades vizinhas.

“Quando eu cheguei aqui tinha pouca gente, começou de lá de pra cá (do trecho 01 para o 03), o pessoal tava loteando, tinha necessidade grande de moradia. O pessoal aqui tem gente que fez inscrição no governo há muitos anos e não foi chamado... Daí foi loteando, devido às pessoas não terem onde morar e não tinha como sair do aluguel. A cidade foi só crescendo, aumentou a população, hoje em dia virou uma grande cidade.” (Marcílio, artesão e costureiro)

Como abordado por Marcílio, um dos primeiros moradores da região pós-repartição de terras, a necessidade de moradia é uma premissa para quem muda para o Sol Nascente – tida como “invasão” do DF. As técnicas de ocupação da terra se transformaram ao longo da história da Capital, em um contexto bastante “confuso” sobre regularidade territorial.

“Favela” e “invasão” são categorias proferidas, por vezes, dos limites das chamadas “satélites” para lá, para lá do centro - da Ceilândia, dos jornais, da TV, e apontam problemas que mantêm à margem ocupações e “invasões” de grupos que vivenciam na pele o resultado da política segregacionista e violenta do Estado.

Isso porque o Sol Nascente é considerado, pelos dados do IBGE, “a maior favela em crescimento da América Latina” (IBGE, 2013). Pelo olhar dos noticiários é visto como um lugar de um alto índice de violência e criminalidade, não sendo diferente o que a maioria dos veículos de comunicação divulgam sobre a cidade reafirmando o seu perfil enquanto favela em estado de consolidação:

“Ainda carregando o título de invasão, a segunda maior favela da América tem vida própria — a mais populosa é a Rocinha, com 70 mil habitantes, segundo dados oficiais. Até 1998, a região era ocupada por chácaras. Em 1999, no início do segundo mandato de Joaquim Roriz como governador do Distrito Federal, começou a atuação dos primeiros grileiros. Eles parcelavam glebas e vendiam sem qualquer autorização.

Porém, a explosão da especulação imobiliária irregular no setor ocorreu em 2004, ainda no governo Roriz. O resultado é a falta de infraestrutura básica.” (SILVA, 2013)

“Maior favela da América Latina: Sol Nascente toma posto da Rocinha. Pesquisa coloca os condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente com mais moradores que a famosa ocupação carioca. O problema dos dois locais não é a renda, mas a falta de infraestrutura.” (SILVA, 2013).

“Maior favela do DF, Sol Nascente é alvo de gangues e grileiros: Área tem problemas de saneamento básico, muito lixo e falta de esgoto. Região se submete a 'toque de recolher' imposto por grupos, diz polícia.” (CALZOARI, 2015).

À medida que revisito fontes jornalísticas, em sua maioria do Correio Brasiliense, principal jornal da capital, vou precisando ser inspirada por outra literatura, principalmente pelos escritos da antropóloga Cristina Patriota de Moura (2012). Com ela, percebo que a ideia de invasão corresponde, em boa parte dos casos, à favela. E o que torna o Sol Nascente "a maior favela da América Latina", segundo as fontes jornalísticas, é a ausência de infraestrutura na cidade, além do crescimento habitacional desordenado.

Não é à toa que os moradores do Sol Nascente utilizam o termo condomínio para designá-lo. A utilização dos termos “invasão” ou “favela” servem como uma forma de marginalização do espaço em que vivem e são usados de forma pejorativa por aqueles que não residem no local (MOURA: 2012). Nas palavras da autora:

“Mas ser reconhecido como condomínio pode ser uma alternativa importante para habitantes de parcelamentos irregulares de baixa renda, por diversos tantos outros motivos. Um dos mais importantes para o uso do termo parece ser o fato de que ser identificado como morador de um condomínio, ainda que irregular, é uma condição bem mais desejável do que ser rotulado como 'invasor' ou 'favelado'.”. (MOURA, 2012, p. 220)

O termo condomínio teria sido a priori designado a espaços fechados com o objetivo de auto segregação das classes altas e médias onde estas se estabeleceriam em casas unifamiliares, em ambientes caracterizados pela limpeza, pela ordem e pela distinção. Portanto, a questão do condomínio para o Sol Nascente é uma forma de ter acesso à moradia e perder o descredito em torno dos termos “invasão” ou “favela”, o que facilita as derrubadas do governo. (MOURA: 2012).

Outro autor que me ajudou a pensar sobre “favelas” foi Mike Davis. De acordo com Davis (2006), uma análise importante a ser feita é que não há um olhar humano sobre esses espaços, ignoram-se as pluralidades dessas locações e a reinvenção das condições de vida em cada parte. “Favelas” são vistas enquanto terrenos de “restos”, onde habitam invisíveis moradores em suas invisíveis cidades.

Dentro desse cenário estereotipado que remete às “invasões”, existe uma ampla rede de negociações quanto à estadia, por assim dizer, do indivíduo em tal espaço. Geralmente emprego e renda estão associados ao fato de se residir num local considerado irregular e isto simboliza, na maior parte das vezes, um alto custo de sobrevivência:

“Invadir, claro, é se apossar da terra sem compra nem título de propriedade. A terra periférica “sem custo” tem sido muito discutida como o segredo mágico do urbanismo do Terceiro Mundo: um imenso subsídio não planejado aos paupérrimos. No entanto, é rara a invasão não ter algum custo prévio [ou posterior]. O mais comum é que os invasores sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso aos terrenos, e podem continuar pagando esses “alugueis” informais em dinheiro e/ou votos durante anos.” (DAVIS: 2006)

Essas negociações habitacionais são consequências da omissão do Estado para com políticas públicas de habitação, urbanização e igualdade social e resulta na precariedade a que esses grupos são submetidos. Portanto as ocupações podem ser consideradas desafios contínuos para vida desses grupos, como podemos identificar numa das falas de Lucélia, moradora e integrante do projeto Rede de Mulheres:

"Aqui somos esquecidas, a sociedade nos abandonou, só nos procuram em épocas de eleições... Somos esquecidas mesmo, quando é seca é poeira, quando é chuva é só lama. É triste mesmo a realidade daqui, ninguém quer ver essa realidade não".

As ausências tornam o Sol Nascente uma cidade distante e esquecida, discurso constante nas entrevistas que realizei com diferentes moradoras. Uma inclusive, bem resumiu: “a gente aqui é escarrada”.

A situação de moradia das classes mais baixas do DF não se distingue do caráter ilegal de outras invasões em setores mais nobres do Estado, como

por exemplo, os apêndices do Lago Sul que reivindicam a distinção dos condomínios de luxo. O que ocorre em último caso é uma maquiagem que acoberta a irregularidade destes (MOURA: 2012). A invasão não é reduzida apenas às camadas sociais pobres, mas é sobre estas que iremos nos ater. Segundo Moura (2012), o fenômeno de loteamentos informais acompanha nossa história desde o século passado e pode ser apontado de várias maneiras, quando se tratando também de diferentes classes sociais.

A irregularidade urbana concentrada na região extrapola as barreiras da legalização territorial e ambiental. Atualmente, o bairro Sol Nascente concentra aproximadamente 70 mil moradores espalhados entre condomínios, chácaras, sítios e pequenas “invasões” que culminaram na divisão da área em três trechos: 1, 2 e 3. O resultado do parcelamento inicial de terrenos rurais persiste em impasses legais nos dias atuais. Há um crescimento alto provocado pelo loteamento de glebas (PDAD, 2013). E há diferenças de outros “condomínios” do Distrito Federal que contam com redes “mais articuladas politicamente” e, por isso, pouco são penalizadas juridicamente pela “invasão” que operam. As pessoas do Condomínio Sol Nascente, vivem diariamente na insegurança e na incerteza quanto o futuro de sua terra e sua propriedade, posto que vivem em terras irregulares.

### **1.1.2 Dilemas da migração**

Todas as tensões e conflitos – sejam eles legais estruturais e/ou ambientais – acabam, muitas das vezes, por silenciar as manifestações coletivas que esbarram no empoderamento que moradoras constroem do local onde estão. Todavia, difícil mesmo é se enredar na história de luta das pessoas que reinventam pouco a pouco a trajetória do lugar onde habitam, do chão batido que refazem, do trabalho árduo que empregam. Nessas circunstâncias tomarei algumas narrativas de mulheres distintas, companheiras da Rede de Mulheres do Sol Nascente. Essa Rede é formada a partir de um projeto iniciado por Marcílio e sua esposa Lucélia que, de modo generoso, cederam uma parte de seu quintal para começar a oferecer oficinas de artesanato e costura. A faceta produtiva dessa Rede será detalhada nos capítulos seguintes. Por enquanto, quero reter os comentários que as participantes da Rede fazem a

respeito do nascimento do Condomínio Sol Nascente. Além de colegas de projeto estas mulheres compartilham de uma semelhante chegada ao DF, que, com seus depoimentos e minha vivência entre elas, colaboraram nesta pesquisa no sentido de abordar as complexidades da migração e das relações no entorno do centro de Brasília: suas tentativas de vida.

À primeira vista o nascimento do Sol Nascente representou uma possibilidade de moradia para quem buscou um habitar menos instável, que escape do morar de favor, morar de aluguel ou mesmo no “mato”, porém a irregularidade do lote passou a ser um motivo de instabilidade muito grande entre as moradoras. “No começo, aqui era terrível, nós sofreu muito aqui e ao mesmo tempo era bom, parecia que isso aqui era uma roça, parecia não, era né. Aqui era uma roça, era chácara para todo lado, aí os donos foram vendendo e loteando”. Relembra Fátima, integrante da Rede, sobre a época de sua chegada ao Sol Nascente no ano de 2004, quando finalmente deixou o aluguel na cidade de Águas Lindas, município goiano vizinho ao DF. Muitas mulheres, como Fátima, vieram de regiões rurais. A relação entre cidade natal e cidade atual é muita intensa nas falas das artesãs do Sol Nascente. O sentimento, memorável, direcionado à roça habita o campo da memória, da recordação e do pertencimento.

Na roça, muitas plantavam arroz, teciam algodão ou quebravam coco babaçu. O trabalho era realizado debaixo do sol quente e rendia centavos, como me relataram Maria de Jesus, Conceição e Dona Isaurina em uma das oficinas certa vez. Esse assunto foi provocado por conta das derrubadas de casas realizadas pelo GDF e que entristeceram as ruas do Sol Nascente entre maio e junho de 2016, fazendo essas mulheres lembrarem de outras dificuldades que enfrentaram antes de chegar ao Distrito Federal, em suas regiões de origem, há pelo menos 30 anos.

Fátima, outra participante da Rede, é uma das moradoras mais antigas da cidade e a única a residir no Distrito Federal desde o berço: “Morava em Taguatinga com meus pais que eram de Minas. Depois eu vim para Ceilândia, pagava aluguel e ficava jogada de um canto para outro. Eu moro subindo três ruas daqui. Quando eu vim pra cá, tinha cinco casas na minha rua e na outra

rua nada, só tinha mato. Chamavam aqui de Recanto do Guerreiro, de 12 anos pra cá”. Dizia-se que só quem permanecia ali era guerreiro, termo utilizado para identificar grupos familiares que foram pouco a pouco se organizando nas terras e reorganizando a configuração do local mediante as dificuldades de se instalarem: a falta de água e luz da região e os problemas que a chuva trazia com alagamentos. Essa definição se deu entre os próprios moradores antes do nome mais atual ser adotado, “Sol Nascente”.

Há uma preocupação na fala dessas pessoas quanto a se estabilizarem num só lugar, o “vai e vem” e o “ser jogada de um canto para outro” demonstram o cansaço que a mobilidade forçada lhes acomete. Certamente, a busca incessante por uma moradia se apresenta como um dos maiores desafios experienciados pelo grupo. A seca, a chuva, o Governo e o Estado são os agentes, na maior parte dos casos, dessa migração imposta. É difícil se sentir dona de algo quando o próprio direito à moradia é posto em xeque.

Através de toda uma rede de parentes, vizinhos, conhecidos, muitas daquelas pessoas que trabalhavam nas lavouras ou mesmo aquelas pessoas desempregadas começaram agora a partilhar novos espaços, intensificando a movimentação e a alocação dentro das cidades e, por conseguinte, dando uma identidade bastante diversa ao centro do país. Primeiramente buscavam condições melhores de trabalho que aquelas herdadas da roça em tempos de seca...

“Brasília antigamente era sonho, hoje é realidade. Trabalhei de costureira em Feira Nova depois da morte do meu marido. Sabe meu primeiro serviço qual foi? O meu primeiro serviço foi plantar canteiro. Casei e continuei trabalhando na roça. Nós tínhamos muita coisa, arroz, feijão, mandioca, essas coisas, burro, gado. Aí quando meu esposo morreu, acabou tudo. Vim pra cá pra cuidar dos meus netos, aqui é muito diferente de lá, a temperatura. Tudo. Os preços. Esse ombro aqui já carregou muita lenha, eu num fui criada num copim de mel não.” (D. Isaurina, artesã e costureira).

A fala de Dona Isaurina demonstra um pouco da realidade de quem migrou de outras localidades até a capital. Sendo uma das integrantes mais assíduas no projeto, Dona Isaurina conheceu Marcílio por morar na rua ao lado. Veio de Feira de Santana – BA. Já viúva e com os filhos todos criados “tomou coragem” de se mudar para Brasília com a finalidade de ajudar a criar o



neto Davi, filho de sua filha Marilene. Quando então percebeu que quatro de seus oito filhos estavam no DF, decidiu deixar a pequena parte de terra que tinha na Bahia a um de seus filhos que ainda morava lá, e permanecer cuidando de seus netos.

A todo o momento surgiam memórias dos passos que levaram essas pessoas a morarem, hoje, no Sol Nascente. Esse trajeto de recordações esboçavam dilemas, alegrias e frustrações que mulheres como D. Isaurina, Fátima, M. Jesus e Conceição carregavam.

Esperar uma decisão governamental que redefina a situação regulamentar do Sol Nascente – e não apenas desse território – requer decisões e feitura das pessoas que vivem, transitam e moram no local, e que desse modo, estabelecem outra relação com o lugar que constroem rotineiramente, seja através da casa, da rua, do comércio ou do trabalho. Essa bagagem se insere num universo criativo que essas pessoas sabem moldar, artesanalmente, muito bem em seus cotidianos.

## **1.2 Do barraco ao tijolo**

O processo de transformação que as casas do Sol Nascente sofrem com o passar do tempo, bem como o crescimento de outras regiões tidas como irregulares, revela um pouco sobre como se percebem e se apropriam do lugar que constroem.

Envolvida pelo expressivo movimento da cidade, notei muitas construções já finalizadas, algumas dessas elencadas por uma placa: vende-se. O aumento de casas em reforma e construção foi gradativo nesse período: o cimento, os tijolos, a terra e a presença de pessoas manuseando esses materiais configuravam esse cenário de composição que faria o barraco, seja ele de papelão, seja ele de madeirite, dar lugar ao tijolo, ao concreto.

As vias que dão acesso ao trecho 3 são as menos pavimentadas de todo o Condomínio Sol Nascente. Ainda assim, a entrada que dá acesso a esse trecho é repleta de lojas de materiais para construção, qualquer pessoa que

caminhe pela região consegue avistar tijolos empilhados em frente às lojas e madeiras.



(“Amigão da Construção” Trecho 3 do Sol Nascente. Raquel Lustosa, 20/09/2016)

A irregularidade do território, seja ele comprado, invadido e/ou ocupado, abala a autonomia daquelas que têm o sonho da “casa própria”, do “negócio próprio” e de algo em que elas possam se sentir donas. Contudo essa instabilidade não impede que essas pessoas optem pela construção da moradia (ideia de continuidade e finalização).

Uma das pessoas atraídas pelo preço e tamanho do lote foi Dona Fátima, cobradora há anos da viação Pioneira do transporte público. Ela foi afastada do trabalho após a descoberta de uma cirrose. Mãe de dois filhos, ela não conseguiu manter o aluguel em Águas Lindas de Goiás juntamente a seu marido. Foi dessa forma que viu no Sol Nascente uma escapatória para os seus problemas, a mudança de lote se mostrou um desafio interminável:

“Demorei muito a erguer a casa e ainda hoje ela não terminou. Depois da madeirite fui construindo aos poucos, construía e construía. Ele (marido) fez a divisão no meio do lote entre a cozinha e a sala e ficou três quartos, aí fez o banheiro, essa parte tá lá até hoje. (...) Minha casa hoje é grande, mas ainda tem muita coisa pra ser feita, a caixa d’água... as cisternas vixi, fiquei quase três anos carregando água e tirando água de cisterna dos outros porque minha água esbarrancava e meus vizinhos também. Quando a deles esbarrancava, essa terra aqui, ela... Cê faz o poço e logo ela vai esbarrancando e ela não segura, vixi,

perdemos muita coisa. Eita epocazinha feia. Televisão: quantas vez ficamos sem. Mas conseguimos nos virar né, tinha que ficar porque senão é subir e perder e aquele nosso lote ali. O lote é enorme de grande, tinha que ficar, nosso lote é bem grandão, vê esse lote do Marcílio aqui, ele dá talvez a metade do meu. Os lotes aqui são grandes né, acho que são do tamanho daqueles da Ceilândia, lá em cima.”

O fato de D. Fátima ter conseguido um lote viável ao seu orçamento não deu por encerrado seus problemas quanto à moradia: primeiro, migra-se para solucionar o problema de morar; depois do lote surgem os desafios do construir, de construção do imóvel e de comprar a mobília, ainda nesse estágio há que se enfrentar os desafios quanto ao abastecimento de água limpa e energia e por seguinte os “riscos de cair” – as derrubadas. Os episódios vividos durante a fase inicial do barraco na vida da família me fazem pensar nos atritos que se dão ao longo de ocupações que enfrentam o risco de serem removidas, e a experiência anterior, que levam pessoas como Fátima a pensarem que todo começo é assim.

As etapas da construção dependem de uma renda que famílias desempregadas não têm e, principalmente da força de trabalho de quem reside no lote. É desse modo que moradores buscam alternativas, em sua maioria serviços extras, para investir na compra de materiais para construção, resultam também no endividamento.



São vários fatores que levam pessoas como Fátima, Lucinha e Conceição a erguerem, às pressas, uma casa de alvenaria. Essa construção representa, para moradoras e moradores, uma forma de legitimar seus lotes e também suas moradias. É um meio de se apropriarem do espaço que ocupam, ainda que a todo o tempo esse espaço seja negado e que se corra o risco de assistir o investimento da casa própria sendo levado por água baixo, com as chuvas, ou por trator abaixo, com as derrubadas promovidas pelo GDF.

Acredita-se ainda que quando o barraco de madeira vira casa de tijolo a probabilidade da derrubada é menor, pela questão do imóvel já estar estabelecido e ocupado. Não que o barraco não cumpra esse papel de afirmação da moradia – até porque, como já vimos, as condições financeiras dessas pessoas são instáveis e o grau de complexidade para erguer uma casa é cada vez maior. O que está claro é que há uma dedicação ferrenha para consolidar o projeto de moradia, a construção da casa é uma forma de dizer exatamente: “tem gente morando aqui”.

Das vezes que acompanhei Marcílio tomando um café durante as oficinas, anotava um feixe de referências que ele fazia aos seus familiares durante a mudança para o C. Sol Nascente. Curiosa, passei a rabiscar uma linha de parentesco e a pensar em como esses laços acompanham a trajetória tanto da cidade como do projeto das mulheres. Quando Marcílio saiu do interior do Piauí ele já tinha alguns familiares trabalhando no DF, depois que conseguiu comprar um lote, foi ele quem passou a receber parentes.

Marcílio tem sete irmãos, três irmãs e muitos primos e primas. A primeira vez que estive nos arredores da Capital foi em 1997, na casa de seu irmão Antônio, por lá morou três anos, morava no barraco dos fundos. Depois foi para RA de Samambaia morar na casa de outro irmão, onde também dormia em um barraco. Durante esses anos, além de se inscrever na SHIS<sup>5</sup>, guardou um dinheiro para realizar o sonho da casa própria e em 2004 comprou um lote vazio no Sol Nascente que foi pagando aos poucos. De 2004 até 2016, quando

---

<sup>5</sup> SHIS: Sociedade de Habitações de Interesse Social.

eu o conheci, levantou a casa de alvenaria e separou um espaço no quintal para ser um local de trabalho com as mulheres da região.

No início, o lote de Marcílio tinha dois cômodos pequenos. Com o aumento da família (o nascimento de dois filhos e a chegada de familiares), o espaço foi aumentado. Qualquer renda extra que Marcílio e sua esposa Lucélia recebem é investida no projeto de Economia Solidária e, assim, levantar um galpão dentro do quintal da casa tem sido o foco dos últimos anos. A intenção é que se tenha mais espaço para acolher mais mulheres e receber mais matéria-prima para a produção de trabalho.

Depois que Marcílio chegou ao Sol Nascente, outros de seus parentes saíram do Piauí para “tentar a vida” no local, dessa vez com uma oportunidade de também conseguirem uma moradia fixa. Estabeleceram um fluxo migratório familiar por uma fonte que me parece inesgotável.

A primeira prima que Marcílio recebeu foi Conceição, que morou certo tempo com ele até conseguir comprar um lote na mesma rua, duas casas depois da dele, para ser mais precisa. Construindo aos poucos o lote, Conceição fez um puxadinho para sua irmã Maria das Graças que atualmente mora com filho e marido em outro bairro da Ceilândia – o P Norte, ambas trabalham no projeto aos sábados. Maurício, outro primo da família, chegou um tempo depois e comprou um lote mais ao fim do Trecho 3, perto da paróquia Nossa Senhora Aparecida, e hoje mora com sua mulher e duas filhas. Antes de todas essas pessoas levantarem uma casa de alvenaria tiveram a experiência de morar no barraco de madeira de um denominador comum: o parente.

Dessa maneira e aos poucos, a família foi modelando o lar e dando um novo aspecto à estrutura da casa. Tornar o projeto maior e investir mais no espaço, para a família, é uma forma de cobrar reconhecimento do Estado de que há um trabalho importante sendo realizado aqui e, mais do que isso, mostrar como eles conseguem “sair do atoleiro” sem o apoio institucional de nenhuma instância, por elas e eles mesmos. “Sair do atoleiro” é uma expressão geralmente utilizada para ilustrar uma alternativa ao desemprego: conseguir um trabalho, um material, uma renda.

Além do trabalho de construir o lote e transformá-lo numa casa, há outros aspectos que circulam o gerenciamento da casa própria como a possibilidade de uma atividade financeira dentro do próprio terreno, como a Rede, ou mesmo o caso M. Jesus que alugava um cômodo do lote para ajudar a manter os custos da casa.

A manutenção de toda essa rotina requer muita atenção: arquitetura, engenharia, culinária, agronomia são todas as produções artesanais que passam a construir ao longo da migração e da vida. Constroem suas casas, arquitetam suas ruas, plantam suas hortas, produzem suas próprias comidas e se mantêm ligados numa rede de cooperação diária para consolidar uma rua, um bairro, uma cidade.

### **1.3 “Riscos de cair”**

As incertezas sobre a moradia cotidiana revelaram um estado conflituoso de espera e sorte entre as mulheres do Sol Nascente, na realidade mostram os esforços destinados a permanecer naquele lugar. Existe toda uma trajetória de mobilidades fragmentadas que percorrem a memória da composição de cidades e lares, bem como nas conjunturas das crises habitacionais que atingem classes mais populares no Distrito Federal.

Em uma de minhas descidas do micro-ônibus até a casa de Lucélia e Marcílio, encontrei Dona Isaurina voltando à sua casa, cabisbaixa, desolada, estava indo buscar um prendedor de cabelos para usar como molde durante a oficina de fuxico que acontecia no dia. Assim que nos vimos, ela logo me pegou pelo braço e me levou até uns escombros entulhados a 500 metros de sua casa. Eram restos de derrubadas que haviam acontecido durante a semana. Aquele episódio me marcou muito, o intervalo de duas semanas foi mais que o suficiente para AGEFIS, sem qualquer aviso prévio e/ou notificação, deixar dezenas de famílias desabrigadas.

A quantidade de restos de construção preenchia um grande terreno próximo à casa que recebe o projeto da Rede de Mulheres do Sol Nascente. Ali se misturavam tijolos, telhas, portas e aparelhos eletrodomésticos com a poeira da cidade, sobras que antes significavam um lar. Pra onde ir? O que fazer? O

sentimento de desolação pairava pelo Trecho 3 do Sol Nascente. Eu enxergava uma mistura de repúdio e enorme tristeza entre moradoras como Dona Isaurina, que também se sentiam ameaçadas pelos homens vestidos de “Justiça Social” em nome do GDF. A camiseta era uma grande ironia diante do monte de entulhos.

Completamente incerto seria o destino daquelas pessoas, mais uma vez, desamparadas. A reação de Dona Isaurina ao me mostrar todo aquele escombros foi de denúncia, aquela situação ilustrava bem o dilema de quem luta por um espaço que não lhe é negado.

A solução que algumas famílias encontravam era a de se abrigar na casa de algum parente ou amigo, já outras, que não tinham a quem recorrer, procuravam um lugar para erguer lonas e madeiras, situação lamentavelmente inversa a de quando substituíram seus barracos por tijolos. Voltavam, mais uma vez, ao barraco.

Em todas as saídas encontradas por aquelas pessoas, nenhuma partia do Governo, não houve qualquer assistência àquelas pessoas. Não se buscaram medidas paliativas para acolher moradoras, elas simplesmente não tinham para onde e nem porque ir. “Isso não é humano” – ecoava na minha cabeça e também na fala de Dona Isaurina:

“Não concordo com invasão de terra, mas é muito difícil a vida de quem vive para pagar aluguel. Hoje moro na casa da minha irmã, mas moramos aqui porque ela comprou o lote na mão de grileiro. Gastou muito com material e tudo mais, imagina ver tudo sendo derrubado? É sofrido! Se desse pelo menos para ajudar a gente, mas ninguém ajuda, o governo não tá nem aí pra vida de quem mora nas condições que a gente mora”.

Conforme as conversas que tive com Dona Isaurina, Lucinha e Marcílio, no decorrer daquele dia, pude entender que a área de que se tratava a derrubada era inicialmente destinada à construção de um posto de saúde e um terminal rodoviário. Planejado como o projeto urbanístico, como vários outros, não saiu do papel até o momento que deixei o campo.

Muitos grupos atearam fogo em pneus velhos para impedir a passagem dos tratores e dos carros de fiscalização, algumas famílias subiam nos telhados de suas casas, outras se colocavam a frente do trator. Todas as tentativas

foram em vão naquelas condições, a abordagem fiscal e policial foi extremamente truculenta. Uma tropa de choque retirava todas as pessoas de perto dos tratores, enquanto agentes fiscais desmobiavam casas. Policiais dispararam balas de borracha, jogaram spray de pimenta e retiraram a força qualquer morador que resistisse, na realidade não era necessário resistir para que eles lançassem o gás e atirassem nas famílias. Muitas pessoas saíram do confronto feridas e sem atendimento emergencial.

Levou um tempo para Marcílio me contar, com muita tristeza em sua fala, que Dona Val, outra integrante do projeto, teve sua casa derrubada. Na mesma semana, ela levou o que havia sobrado de sua casa para a casa de aluguel de sua irmã no P norte, ali na Ceilândia. Dona Val é mãe solteira e avó e também compõe o projeto de Economia Solidária. Em uma das entrevistas que deu a uma repórter dias depois desabafou: “Saí pra comprar pão, quando eu voltei não tinha pagamento, não tinha bolsa, não tinha porta, não tinha casa, não tinha nada, só tinha lágrimas nos meus olhos, só tinha choro!”.

Na mudança de governos, os riscos que as casas ali têm de cair se tornam mais incertos para a população, o que geralmente é prometido, em períodos eleitorais, é que a área seja devidamente regularizada. Na realidade, o que acontece durante a eleição governamental é, de toda a forma, muito contraditória ao que se configura na prática do mandato, um retrato disso são obras iniciadas em 2008 e nunca acabadas.

Ainda sobre as derrubadas, a moradora e integrante do projeto Lucinha durante uma oficina de fuxico, comentou: “Antigamente eles davam um papel avisando que ia derrubar, só não avisava o dia... Ali embaixo era tudo chácara que foram loteando. Na época de derrubadas colocavam até as crianças na frente do trator pra impedir, aí depois vinha o conselho tutelar querendo levar o povo preso. Na época das primeiras derrubadas, tinha gente que foi presa, tinha gente que foi para o hospital, era o maior desespero, muita confusão... mas não mudou muita coisa de lá pra cá não”.

No caso de Lucinha a decisão de morar no Sol Nascente foi tomada pelo marido que trocou com um amigo o lote que tinham em Águas Lindas pelo atual no Trecho 3 do Sol Nascente. Passado um mês e meio após a troca de lotes, a família assistiu várias casas próximas sendo derrubadas. Esses episódios abalaram a segurança e estabilidade da família com sua moradia.



Dali para frente não conseguiram deixar nem por um segundo a casa sozinha, pelo medo de voltaram e não a encontrarem de pé:

“Achei que ainda não tinha risco de cair porque já tinham muitas pessoas morando aqui. Depois de um mês e meio que estávamos aqui, a Agefis chegou derrubando tudo. Aí faltando três casas para chegar na minha eles pararam, Graças ao Senhor, ainda chegaram com o trator lá ainda. Aí eu fiquei desesperada, nossa que desespero, a casa tava construída já... Mas a gente ainda fica com o coração na mão, né porque a gente não pode confiar, né? Ainda tenho muito medo, num tem uma total segurança, no governo não pode confiar”.

As últimas derrubadas deixaram muitas pessoas desabrigadas, os agentes de fiscalização (AGEFIS) alegaram que os moradores estavam residindo numa área pública federal que pertence à Novacap<sup>6</sup>. Ônibus foram queimados em forma de protesto, o medo e a revolta abarcaram a região que teve suas estruturas e laços afetados. Grande parte dessas famílias possui um cadastro, há anos, em programas de moradias do Governo (SHIS, CODHAB), mas nunca foram atendidos e tampouco acreditam fazer parte dessa realidade.

Os barracos apresentam a “facilidade” de serem levantados num só dia. A alvenaria, por sua vez, leva mais tempo e muito mais gastos e implica em ter muito mais a perder com uma derrubada. Tentar a vida, nestes casos, é reerguer sua casa e seu sonho por um futuro melhor. Todas as mães do projeto, sem exceção, sofrem com o medo de serem removidas da região, a labuta e a espera são rituais que acompanham as contínuas tentativas de vida dessas pessoas numa região em que são a todo o momento desmerecidas.

Os setores mais propícios às derrubadas são visados pela fragilidade do local, pelas leis de preservação ambiental e principalmente pelos problemas sociais que agregam. Certamente “ser guerreira/o” está associada/o ao passado-presente de luta e resistência de indivíduos por essas terras, sobreviver aos temporais e aos tratores que carregam casas exigia muita garra de suas componentes, exigia também construir redes de solidariedade entre elas que suprisse, de certo modo, a ausência e até sabotagem do Estado.

É longo o chão que muitas migrantes pisaram para se situarem hoje, finalmente, nas grandes alocações do Distrito Federal. Os desafios enfrentados

---

<sup>6</sup> Novacap: Companhia urbanizadora da nova Capital, criada em setembro de 1956.

ainda são múltiplos na luta por um espaço e por uma casa, a complexidade das extensões da grande capital não esgota a pluralidade desses lugares, ocupados por aquelas que veem na procura de um teto uma proximidade eventualmente comum.

## **CAPÍTULO 2**

### **A Rede de Mulheres do Sol Nascente**

Conhecida atualmente como Rede de Mulheres do Sol Nascente, o grupo composto por aproximadamente trinta mulheres, trabalha rotativamente em oficinas de artesanato e reciclagem. Elas se reúnem todas as manhãs de sábado no quintal da casa de Marcílio e Lucélia, formando uma roda de trocas, intensos diálogos e produções de materiais e peças de artesanato.

O projeto teve início em 2008 pela iniciativa de Marcílio em reunir mulheres que soubessem costurar ou tivessem interesse em aprender o ofício. Em oito anos de existência, o projeto desenvolveu outro formato, tanto pela colaboração de novas integrantes nas oficinas que introduziram diferentes tipos de trabalho, além da costura, tanto pelo incentivo de parcerias que se acoplaram ao projeto proporcionando melhorias ao grupo e ao trabalho realizado. Por disporem de um espaço pequeno – o quintal da casa da família de Marcílio – e de recursos escassos para o número de integrantes do projeto, optaram por revezarem entre si as idas às oficinas, e desta maneira terem um melhor aproveitamento da confecção de acessórios.

O trabalho realizado por cada uma das artesãs pode ser visto como uma continuidade de atividades que elas realizaram e realizam ao longo da vida, mas que pelo impacto do tempo, e pelo que algumas chamam de “idade avançada”, tendem a dar outro sentido à movimentação do corpo e da mente, tendem a se transformarem.

É importante perceber como as trajetórias buscadas por cada uma delas conferem características comuns se tomarmos o desemprego como ponto de partida desta análise. Neste caso, desemprego pressupõe a ausência de um emprego formal na esfera trabalhista. Não menos importante, o trabalho realizado no projeto funciona como um aditivo para a renda da casa (o que aparece aqui como renda “parcial”), individual e/ou da família. Circunstância esta que moveu mulheres que estavam “paradas”, como diziam, ao empreendedorismo solidário.

As atividades e a maneira com que realizam o trabalho dentro do projeto dialogam com pontos centrais do que é chamado por Economia Solidária (ANDRADE:2007, CRUZ: 2006). Ademais estes princípios fazem a esfera econômica atravessar as dimensões sociais, políticas e psíquicas que transformam o cotidiano artesanal do grupo e que são, necessariamente, pontos chave na pesquisa.

O tecer da vida, nesta perspectiva, acontece em várias etapas, e é com base na transversalidade desses aspectos que pretendo me dedicar às narrativas construídas até aqui. A maneira como se autopercebem no mundo social muda na medida em que se movimentam por um trabalho que pouco a pouco tem ganhado destaque no lugar onde moram. As relações de troca que estabelecem entre si, neste cenário, preenchem de significado o que estudiosas da área e também essas mulheres do Sol Nascente chamam de Economia Solidária. A seguir, desejo passar por alguns temas e dados para fazer essa discussão.

Primeiro, irei apresentar, através das narrativas de algumas das integrantes, como elas concebem a ideia de trabalho precário, trabalho informal e desemprego, e como estas situações foram as aproximando da Rede, que motivações as uniram nesse sentido. Depois, ilustrarei a ideia de “movimento” que é trazida a partir de uma ressignificação do trabalho, assim como a organização da Rede, seus valores e horizontes. E, por fim, chegarei ao debate, levantado por algumas autoras, sobre a relação que o gênero tem dentro da Economia Solidária, bem como sua importância para a construção de novas relações socioeconômicas.

## **2.1 “Sair do Atoledo”**

Fátima, que tem 50 anos e trabalha como costureira e artesã na Rede, avalia as empresas do mercado “lá fora” rigorosas demais: “O mundo do trabalho fora daqui é muito difícil, muito, ainda mais pra gente (mulher). E nós que estamos com uma idade avançada, ninguém quer. Eu tô desempregada há um ano e não tô arrumando nada pra fazer e preciso trabalhar”. Conforme o

tempo ia passando o mercado ficava mais exigente e, por isso, não contratava mulheres mais velhas. A maior queixa de Fátima como obstáculo para conseguir um emprego, além da doença, foi a sua idade.

Desde que Fátima saiu do aluguel de uma casa em Águas Lindas/GO e comprou um lote no DF, ela assistiu sua vida mudar várias vezes. A primeira dificuldade enfrentada se traduz na instabilidade do lote quanto às moradias no Condomínio Sol Nascente, como mostrei no Capítulo 1. Mas lidar com os conflitos diários de se estabelecer na região estava longe de ser o principal desafio na vida da artesã. Não bastasse a insegurança que o habitar lhe causava, Fátima também teve que contornar o desemprego para manter seu lar.

Nos primeiros anos como moradora do Sol Nascente, trabalhou como manicure, doméstica e panfleteira. Durante esse período, também ficava responsável pelo cuidado da casa e de seus filhos Diogo e Evelyn, e continuava na busca incessante por um emprego fixo, já que a renda que gerava não supria todas as necessidades de manter a casa. As dificuldades de se estabilizar em um emprego foram muitas, tanto por ser mãe e não ter onde e com quem deixar seus dois filhos, como pela própria dificuldade em ser contratada formalmente em algum local. Considerando que o trabalho doméstico que realiza não é reconhecido, tampouco valorizado financeiramente. Após muitas tentativas, Fátima conseguiu um emprego como cobradora de ônibus da linha São José, lugar onde trabalhou por cerca de dois anos. Em decorrência de uma cirrose hepática foi demitida pela empresa e não teve auxílio financeiro, como o seguro desemprego, para suportar a situação. Logo tratou de procurar outro setor no qual pudesse trabalhar. Ela tenta várias saídas: “Na semana é corrido, eu faço qualquer bico que aparece, eu faço unha, manicure pé e mão, às vezes eu pinto cabelo, faço uma faxina, porque já é o dinheiro dos sapatos dos meus meninos pro fim do ano”.

Além de sua saúde, as despesas da casa ficaram inteiramente comprometidas, uma vez que o marido não tinha emprego fixo, trabalhava às vezes na construção de uma ou outra obra pelos arredores da cidade. A saída então que ela encontrou para amenizar as dívidas foi se integrar ao projeto que

conheceu através dos comentários que escutava de vizinhas. O projeto foi ganhando destaque entre as moradoras do Trecho 3 do Sol Nascente e colaborando para que várias das mulheres como Fátima saíssem do que chamavam como “atoledo” – isto é, a condição de desemprego.

Por sua vez, a situação de desempregada, como no caso de Fátima, é facilmente atribuída por muito trabalho. Conheci Fátima em uma das primeiras oficinas que fui, ela faz parte do coletivo de mulheres há aproximadamente três anos. Era uma das mulheres mais caladas do grupo, quando falava era num tom de voz muito tímido. Fátima é magra, tem uma estatura pequena e cabelos castanhos claros assim como a cor de seus olhos, os finos cabelos estão sempre presos. Embora permanecesse a maior parte do tempo em silêncio, seu olhar acompanhava todos os movimentos entre tecidos e agulhas pelas mãos de costureiras e artesãs próximas.



(Fátima cortando feltro. Raquel Lustosa, 27/08/2016)

Ao chegar ao quintal de Marcílio, Fátima quase sempre se senta ao lado de Dona Isaurina. Existem duas rodas no quintal, uma composta por mulheres e outra por seus filhos. Normalmente mulheres estão em processo de produção enquanto seus filhos brincam ou realizam atividades escolares, algumas vezes sob orientação de estudantes voluntários da UnB – uma parceria ligada ao

CDT/UNB<sup>7</sup> que se iniciou em 2013 com a finalidade de trazer capacitação técnica ao projeto.

Fátima é uma das poucas mulheres do grupo que chegaram ao projeto sem antes ter tido um contato prático com o artesanato e a costura. O fuxico é a atividade que mais lhe desperta interesse e que, conseqüentemente ela mais desenvolve atualmente: “Aqui eu conheço todo mundo, a gente faz a mesma coisa, e aqui eu ainda tô aprendendo, menina, né Dona Maria? Tô engatinhando, eu sei fazer muita coisa, mas agora que nem a Dona Maria (Isaurina) aqui faz? Eu só fico olhando”. Fátima faz referência a Dona Isaurina quando fala “Dona Maria”, que a tem ajudado muito nesta etapa do aprendizado, juntamente a outras mulheres. O trabalho partilhado pela rede é gerenciado por cada uma de maneira diferente, nem sempre estão produzindo o mesmo produto: à maneira que Fátima gosta mais do Fuxico, Conceição tem mais gosto pelo crochê e M. Jesus pela costura, por exemplo. Entretanto sempre partilham produtos/pontos/materiais novos, “ficar olhando” é uma etapa do processo de aprendizado dos materiais que costumam confeccionar.

Assim como Fátima, outras mulheres do projeto compõem as extensas estatísticas de mulheres desempregadas, já que o projeto de Economia Solidária não faz parte do trabalho “formal” e ainda não consegue suprir todos os custos financeiros familiares. A renda, mesmo que parcial não tem o mesmo peso para todas as mães. Muitas delas se empregam em outros trabalhos durante a semana, normalmente ligados ao serviço doméstico. Contudo, o serviço pode variar de acordo com o que “surgir” e nos limites do que sabem fazer.

“A gente morava no interior e depois na cidade, lá as coisas eram muito difíceis. Viemos trabalhar aqui. De lá eu só sinto saudade da família, aqui achei mais fácil, lá é muito difícil trabalhar em casa de família, trabalha muito e ganha pouco. Morei com meu irmão, pagávamos aluguel lá na Ceilândia, trabalhava de doméstica, depois na malharia

---

<sup>7</sup> O CDT (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) além de ser uma instituição que apoia projetos que beneficiam diretamente à população com ações relacionadas à tecnologia, empreendedorismo, inovação, associativismo e cooperativismo, o CDT é responsável pelo desenvolvimento econômico e consolidação de negócios, gerando trabalho, renda e sustentabilidade (ver: [www.cdt.unb.com.br](http://www.cdt.unb.com.br)).

embalando roupa. Hoje faço unha, faço tapete, fuxico. No tapete eu vou longe, quando eu me empenho fico ansiosa pra ver pronto e durmo tarde, mas geralmente eu demoro mais porque é menino pra cuidar, é roupa pra lavar, comida pra fazer. Eu saí da roça da roça mesmo, morava numa casa de barro e depois que fui pra cidade a casa era de barro também. Se falar de trabalhar eu entendo, o tempo da colheita, eu trabalhava para comprar arroz” (Socorro, 56 anos, artesã e costureira).

Há diferença de renda de um lugar a outro, de uma cidade à outra, como afirma Socorro. A forma com que se faz trabalho e o tipo de trabalho muda em tempo e espaço, mas principalmente de acordo com as necessidades diárias que vão surgindo. Após migrar de sua cidade natal para o Distrito Federal, Socorro continuou trabalhando como diarista. À custo de muito trabalho saiu do aluguel e comprou uma casa. Engajou-se na Rede de Mulheres do Sol Nascente através da dica de colegas da região, da mesma forma que as outras participantes. Diferentemente de Fátima, já dominava certo conhecimento no ramo da costura, apenas se aperfeiçoou com as oficinas, e então, conseguiu ganhar o pouco que dava.

Estar desempregada representa nada menos que estar sujeita a desvalorização do sentido que tem o trabalho no mundo moderno. O fato das mulheres realizarem várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas (BUTTO: 2009). A invisibilidade do trabalho contínuo feminino é fruto de uma sociedade patriarcal que sobrecarrega o trabalho doméstico e familiar nas costas da mulher por esta ter sua vida atrelada/associada à maternidade e à reprodução. Ao mesmo passo que se observa que esta, no estudo apresentado, é a verdadeira chefe de família que está sempre “dando seu jeito” de manter a casa (SARTI: 2007), como acabaram de mostrar Fátima e Socorro. Sarti, pesquisando nas periferias urbanas de São Paulo, reforça:

“A entrada no mercado de trabalho é um fenômeno social novo para as mulheres de camadas médias e altas, profissionais de alta qualificação, fatia do mercado antes primordialmente preenchida por homens. Se a baixa qualificação, baixa remuneração e sobrecarga de tarefas domésticas/remuneradas fazem o trabalho remunerado pouco gratificante e cansativo, o sentido do trabalho feminino subordinado as obrigações familiares, que vêm em primeiro lugar para a mulher, pode, por essa mesma razão, justificar essa atividade e levar a gratificação de saber que, pelo seu trabalho, a mulher verá seus filhos vestidos, a comida na mesa, a família bem alimentada”. (SARTI, 2007, p.100)



O projeto de Economia Solidária com a Rede de Mulheres se torna atrativo a partir do momento em que várias delas se apresentam em situação de vulnerabilidade social e econômica: quando, ao estarem desempregadas, não conseguem manter os custos básicos do lar, é preciso buscar alternativas para honrar as responsabilidades com a família e a casa. Diferente do que Sarti encontrou nos anos 1980, ali no Sol Nascente, mais e mais, as mulheres percebiam que o papel de provedoras também lhes era incumbido. Inclusive, muitas, é bom lembrar, eram solteiras, separadas ou viúvas. Mas mesmo em situações matrimoniais, esperava-se que as mulheres trouxessem renda para casa.

A prática cotidiana de cortar panos, colocar a linha na agulha, passar a agulha pelo pano fechando-o em forma de fuxico, confeccionar com miçangas e trançar transformaram Fátima e Socorro, atualmente, em costureiras e artesãs, categorias que elegem um reconhecimento satisfatório, bastante diferente da pecha de desempregadas. Atualmente elas conseguem fazer sacolas recicláveis, tiaras, consertar peças de roupas, fazer alguns pontos de tricô e em especial o fuxico, que é uma prática comum de todo o grupo e que será melhor abordado no terceiro capítulo.

As informações abaixo se encontram em relatórios, produzidos a partir de algumas visitas técnicas, por parte de estudantes e professores da UnB, à Rede de Mulheres do Sol Nascente. Foram realizadas, em 2015, algumas entrevistas com a finalidade de avaliar o quadro socioeconômico de um total de 17 mulheres:

- A média de idade era de 40 anos, variando de 18 a 74.
- 15 eram donas de casa e 2 eram diaristas.
- Metade informou que a renda familiar variou de R\$300,00 a R\$800,00 (a outra metade não informou sobre esse dado), sendo que quase a metade recebe algum benefício governamental. Duas, por exemplo, lembraram do Bolsa Família.

- Metade possui casa própria, quase todas (com exceção de apenas uma) têm uma televisão, quase nenhuma tem um automóvel.
- Um quarto é analfabeto, uma ou duas sabem apenas ler, duas ou três sabem ler e escrever e metade sabe ler, escrever e contar. (CDT, 2015).

Essa é a renda não vinculada ao projeto. É possível perceber que, na Rede, não há renda nem trabalho fixos, e o fato de mais de metade das mulheres se ausentarem das respostas talvez revele um desconforto de falar sobre a renda própria.

Segundo Lucélia, muitas mulheres procuram o projeto pedindo ajuda para sair de situações financeiras desfavoráveis, como o caso de Fátima que se viu desamparada ao descobrir uma doença grave, ou de Socorro, após chegar à cidade. Precisamente muitas não têm ajuda financeira para cuidar de seus filhos. Há um número considerável de mulheres que são chefes da família e estão excluídas da esfera formal do trabalho, inclusive pela idade.

Conciliar casa, filhos e renda são tarefas bastante complicadas, ainda mais quando se trata de um mercado que costuma invisibilizar todos esses percalços. Nesse sentido, a Economia Solidária aparece como um espaço de ressignificações da vida como um todo, um espaço de luta coletiva onde as motivações vão além de uma renda financeira propriamente dita. Estas experiências conferem um caráter plural e efetivo da solidariedade, um enorme e criativo esforço para sair do “atoleiro”.

## **2.2 “Como você se movimenta?”**

Trabalho para Dona Isaurina, por exemplo, é uma maneira de ocupar a mente. O seu primeiro trabalho foi em canteiro, trabalhava com a terra, plantava, colhia, vendia e consumia seu trabalho. Ao se casar, seu trabalho teve outro direcionamento, além do trabalho na roça, ela também passou a costurar, só que com menor frequência. Do alto dos seus 76 anos, ela explica:

“Canteiro, algodão, enxada, tudo já mexi. Hoje a minha profissão é essa aqui, é mexer com esse trabalho aqui (fuxico), faço e gosto. Aqui é muito

bom. Eu fui profissional de canteiro, viu? Fiar também, fiei demais, viu? Aí deixei esse trabalho aí, quando casei foi mais pouco, trabalhava de roça e de costura. Mas hoje me ocupo aqui, e esse trabalho pra mim é de qualidade viu, aqui a gente se envolve, a primeira vantagem é que você não fica com a mente colada né, porque a mente da gente tem que funcionar, não pode tá com a mente vazia. Desenvolve a cabeça da gente, principalmente pra mim que já tô idosa, e a gente estando funcionando a mente tá bem. Eu me dou muito bem!”

Compreende-se pela sua narrativa que trabalhar é se movimentar e, por sua vez, “colar a mente” é estar parada. Esta é uma das primeiras referências feitas ao trabalho: movimentar-se para que a mente continue funcionando. E é na busca para solucionar o problema que o (des)emprego representa que o movimento, do trabalho, surge como uma alternativa pertinente. Trabalho e movimento são categorias que se interdependem, nesta abordagem.



(Dona Isaurina, a avô do grupo. Autoria: Raquel Lustosa, 16/04/2016)

Aos 76 anos, Dona Isaurina, hoje viúva, realiza tarefas domésticas, cuida de dois dos seus netos, costura e fuxica. É conhecida pela Rede como a avó do projeto, por tamanha experiência e força. Já não costuma mais sair de casa para outros lugares que não os da oficina. As ruas do Trecho 3 do Sol Nascente ainda não foram pavimentadas e a parada de ônibus é duas ruas de distância de sua casa, o que dificulta a locomoção de Dona Isaurina pela cidade, que tem o andar vagaroso. Essa situação prejudica também a compra de materiais necessários para o acabamento de algum ou outro produto quando está em falta, diante disso quando suas filhas não podem lhe ajudar, suas companheiras de trabalho ajudam-na.

Além da idade e do corpo cansado, diversos motivos fazem com que mulheres como Dona Isaurina, Dona Fatima e Socorro sejam impedidas de se movimentarem nessa ótica do trabalho. Assim que se mudou para o DF, Dona Isaurina assumiu a responsabilidade de cuidar do neto Davi, enquanto sua filha Marilene trabalhava em uma lanchonete. Nos seus primeiros anos no Sol Nascente, ela basicamente cuidava dos netos e fazia “bico” como costureira, ofício que herdou de sua mãe no Maranhão.

Após um tempo “parada”, como dizia, conheceu Marcílio, até então apenas um conhecido da vizinhança, e se interessou pela proposta de costurar e aprender artesanato. Ela foi uma das primeiras a compor a Rede de Mulheres. Desde então consegue receber “algum dinheiro” através de seu trabalho. Uma renda significativa para a manutenção da casa e do material do projeto. Em suas próprias palavras, ela explica:

“Eu não conhecia esse trabalho, aí depois ele (Marcílio) me convidou. (A primeira vez que eu vi ele, ele já me convidou) e eu de bom grado aceitei, porque eu sou curiosa. A gente tem que aprender até quando a gente não pode mais aprender (idade). Eu já aprendi fuxico, já aprendi esse trabalho aqui. Eu já trabalhei na saúde, eu deixei porque a vista faltou e eu não funcionei mais. Na saúde, é um serviço muito delicado. E aqui tô gostando. E nem pelas dificuldades a gente vai esmorecer, né. A gente tem que enfrentar né, não deixar ela vencer a gente, a gente que tem que vencer ela. A gente não precisa só de aprender o trabalho a gente precisa movimentar o trabalho”.

A concepção de que trabalho e lazer estejam articulados juntos faz com que as oficinas tomem um fôlego mais ameno, diferente da labuta tal qual estavam acostumadas na roça, no trabalho doméstico ou quando saíam em busca de um “bico” para tirar um trocado. O projeto se torna um momento de distração a que dedicam costura e conversas e do qual também conseguem levantar fundos. Como indica o verbo, fuxicar é costurar e papear, a um só tempo. Dona Isaurina se senta perto da máquina de costura com sua sacola de retalhos, pega uma agulha na mesa e começa a “fuxicar”. Gradativamente outras mulheres que vão chegando ao longo do dia, sentam-se próximas dela, observam seu trabalho e começam a fuxicar também. A esta altura muitas já encaminharam o almoço em casa, deixaram a roupa de molho ou estenderam-na sobre o varal.

Por ser uma das mais assíduas do grupo, Dona Isaurina é também uma das que mais têm produtos. Sua renda é dependente de encomendas, sua renda vem de quantos fuxicos, tiaras, xuxinhas e até bolsas produz. A produção, por sua vez, depende da atividade – que pode ser a confecção de fuxicos, tiaras, bolsas, etc. – que o grupo está desempenhando no momento, pois assim como as mulheres que frequentam o quintal o tipo de produção também é rotativo, apesar do fuxico apresentar um peso maior.



(Os primeiros produtos com logomarca. Autoria: Raquel Lustosa, data: 16/04/2016)

O que faz essas mulheres saírem do “atoledo” é a oportunidade de se profissionalizarem e se capacitarem no mundo do trabalho. Integrar-se a um projeto que desenvolva atividades de trocas solidárias: diálogos, trabalho e afeto significa mais do que o mercado de trabalho capitalista “oferece” a essas mulheres. Movimentar-se é lutar pela permanência na vida com dignidade e sobretudo reconhecimento de seus trabalhos. Estar parada e estar em movimento – duas realidades muito bem demarcadas para esse grupo de mulheres.

### **2.3 A Rede e sua organização**

Conheci o projeto no fim do primeiro semestre de 2015 e desde então, o espaço mudou consideravelmente. Recordo que quando retornei de férias, em março de 2016, me surpreendi com algumas novidades que o local

apresentava: as paredes pintadas, um pequeno banheiro construído ali mesmo no quintal, o piso todo cimentado e o galpão erguido – este por sua vez ainda em andamento. As mudanças estruturais no espaço preenchem de felicidade as participantes da Rede, pois sinalizam um avanço em seus trabalhos e possibilidades a mais de empreendimentos.

Sobre uma das mesas, geralmente, coberta por toalhas de crochê ficam as cestas de palhas e os fuxicos. Nas manhãs de sábado o café não pode faltar, algumas revistas da *Avon* e da *Natura* também compõem o cenário, ao lado uma caneta. Os pufes ficam espalhados por todo o quintal, entre as cadeiras e as mesas. Pelas paredes, estão as bolsas e um mural de boas-vindas para as mulheres. O espaço de convivência começa aqui.



(Uma opção de renda extra: produtos de revistas. Autoria: Raquel Lustosa, 15/10/2016)

Em uma roda, somam cerca de quinze a vinte mulheres que se dedicam a trabalhar em oficinas de crochê, bordado, fuxico e confecção de pufes. A cada sábado que passa, mais mulheres vão conhecendo e se integrando ao projeto, geralmente “mães solteiras” sem uma renda fixa. Compartilham suas histórias, trocam conhecimento e aprendizado. Um vizinho me explicou, “Aqui é muito proveitoso, mas acho que só não vem mais mulheres porque o espaço não dá, porque senão todas as mulheres do Sol Nascente estariam aqui. Esse projeto, Raquel, é muito viável, se ele continuar crescendo como ele tá, vai conseguir tirar muita mulher da miséria”.

Quando conheci o projeto fui convidada a participar das oficinas. Depois de alguns encontros, e já mencionado o intuito de realizar a pesquisa, descobri por meio de algumas visitas de estudantes da UnB e do Professor Vanderson à Rede, que um projeto de extensão da faculdade de educação da UnB em ação com o CDT havia sido desenvolvido com o grupo. O projeto teve início em 2013 e terminou em 2015. Contou com o apoio da professora Sônia Marise (FE), do professor Vanderson Silva e por volta de dez estudantes de diversos cursos (pedagogia, gestão ambiental, comunicação social e geologia).

A proposta primeira do projeto de extensão da UnB era auxiliar a Rede de Mulheres ofertando materiais para a confecção de bolsas e uma destinação a produção dos materiais. Como observaram que a produção de fuxicos era maior que a de bolsas, entre as mulheres, o projeto de extensão passou a investir em materiais para o fuxico, observa o professor: “Enquanto uma costurava, as outras fuxicavam”. A observação de que as mulheres fuxicavam mais do que costuravam bolsas se deve ao fato de que só há uma máquina de costura em funcionamento para atender vinte mulheres, dificultando o acesso do grupo a esse tipo de produção.

Durante o contato do CDT com a Rede, o número de participantes do grupo teve um aumento expressivo. Tanto que as oficinas passaram a acontecer, por um breve período, numa sala cedida pela direção da Escola 66<sup>8</sup>, e logo retornaram ao quintal da casa de Lucélia e Marcílio pelos mesmos motivos: a necessidade de um espaço maior, já que a sala que era destinada as oficinas não suportava mais gente, e nesse tempo o galpão do quintal já se encontrava em fase de construção. É também por essa razão que nem todas as mulheres comparecem a todos os sábados.

---

<sup>8</sup> O Centro educacional 66 se localiza há cerca de 500 metros do quintal da Economia Solidária.



(Quintal da casa de Lucélia e Marcílio, ao lado da escada está o galpão em construção.

Autoria: Raquel Lustosa, (16/04/2016)

O CDT elaborou uma logomarca para o grupo contendo uma imagem e as seguintes informações (sic): “Mulheres do Sol Nascente: Gerando renda, desenvolvimento social e qualidade de vida. Compartilhando conhecimentos por meio de atividades manuais”. Uma das integrantes que se posicionaram diante dessa criação foi Dona Maria das Graças, ela argumentou que toda ajuda era bem-vinda para o crescimento do grupo e que o espaço também estava aberto para receber as crianças, afinal não é só a economia que é solidária: “Agora estamos sendo reconhecidas. Eles (Marcílio, Lucélia e o CDT/UNB, por exemplo) não são políticos, não são nada. São gente como a gente e por isso devemos nos esforçar pra que as etapas avancem. Desenvolvam seus talentos!”. A logomarca, que traz a imagem de uma mulher negra, foi concebida para oficializar a nova fase de produção do grupo. Ela dá ares mais profissionais aos produtos e ajuda a divulgar a iniciativa.





(Etiquetas. Autoria: Raquel Lustosa, 16/04/2016)

Desde que o projeto de extensão teve fim, o professor Vanderson aparece ao menos uma vez por mês nas oficinas para acompanhar o andamento da produção. O intuito de sua participação é transformar a Rede de Mulheres em uma associação. Essa ideia surgiu com o intuito de trazer uma “pessoa jurídica” ao projeto de tal forma que todas as produções ficassem catalogadas e o número de vendas se expandisse. Vanderson disse ainda que a nova fase do projeto tem o foco na construção de uma gestão entre as mulheres que administre o dinheiro recebido das vendas e que o destine para a compra de materiais que estão em falta no projeto.



(Produtos etiquetados. Autoria: Raquel Lustosa, 16/04/2016)

A palavra “parceria” está relacionada a políticas governamentais e designa uma série de possibilidades de relação entre governos e entidades e organizações, públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos. Toda parceria é mediada por instrumentos que regulam aquelas relações e conta com espaços específicos para sua realização. Contratos com empresas privadas ou mesmo convênios entre entidades públicas podem receber este nome.

De acordo com Lucélia, uma das organizadoras, o projeto já existe há oito anos e foi tomando outros segmentos pela interferência da extensão com a Universidade. Lucélia trabalhava com artesanato há um longo tempo, fazia porta canetas com papel EVA, fuxicos que decoravam bolsas, enfeites de cabelo e também costurava roupas. Seu marido Marcílio se tornou uma liderança comunitária do Sol Nascente e é por isso que se faz uma pessoa bastante conhecida na região. O papel da UnB nesse processo construtivo com as mulheres teve um caráter técnico de capacitação que tornou possível a realização de algumas etapas no desenvolvimento das atividades dentro do projeto, como a logomarca, a pesquisa socioeconômica e também as etiquetas usadas para fechar e identificar os produtos.

Como já abordado o pouco espaço de que dispõem é uma barreira constantemente enfrentada pelo grupo. Os materiais de produção como linha, agulha, tesoura, retalho e feltro às vezes estão em falta, ou seja, não é suficiente para a quantidade de mulheres que estão e as que chegam à Rede. Na ausência de materiais, o que é uma dificuldade recorrente, elas organizam um bazar solidário, almoços e eventos para arrecadar fundos. A venda dos produtos, por sua vez, é investida na compra de materiais ou até mesmo para um ou outro acabamento do espaço.

“É além do dinheiro, é as crianças, é o convívio... é o aprendizado né, conhecer vocês também que a gente não conhecia, eu gosto né, já espero o sábado pra vir pra cá um pouco. Levanto cedo faço o que tenho que fazer depois venho pra cá. Eu costuro, eu cuido dos meus netos que é meu ponto fraco cuidar deles, e as outras coisas eu vou levando.” (D. Isaurina)

A Rede funciona como um espaço de convivência e autogestão. A costura, o crochê, o bordado, o pufe e o fuxico somam-se às rendas familiares.

Cada produto difere no custo de produção de cada um. Enquanto uma prepara o pano, corta o feltro, termina um ponto, outra passa o café, organiza as cadeiras, mostra um bordado novo e assim se inicia a dinâmica de trabalho e movimento do dia. Geralmente a produção é livre.

## 2.4 A Economia SOLIDÁRIA feita por e para mulheres



(Mulheres e a Economia Solidária. Autoria: Raquel Lustosa, 20/09)

No muro da casa de Marcílio e Lucélia, o conceito que parece orientar o grupo está pintado. Mais perto, é possível ver outra informação para atrair outras mulheres interessadas: “As oficinas de artesanato e de Economia Solidária estão sendo realizadas aqui aos sábados a partir das 09:00hrs”. Antes mesmo de apontar as motivações que uniram essas pessoas a ocuparem esse espaço – o quintal da casa de Lucélia e Marcílio – é necessário compreender as mudanças no mundo do trabalho moderno, e de que como estas mudanças se relacionam com o conceito presente sobre Economia Solidária.

De acordo com o autor brasileiro Paul Singer, a Economia Solidária se apresenta como um modo de produção que reorganiza as atividades econômicas, embasada principalmente na autogestão e cooperação das formas de produção, viabilizando a solidariedade e a diminuição das desigualdades sociais associadas ao capitalismo (SINGER: 2002).

A categoria trabalho se apresenta de diferentes formas na sociedade, tendo um longo campo de significações e mudanças. No entanto, ela aparece nesse contexto do Sol Nascente como uma forma de interação indireta e frágil entre essas mulheres e o mercado formal, já que muitas das que compõem a Rede estiveram afastadas da lógica trabalhista de nosso cenário contemporâneo – outras sequer chegaram a dele participar.

O trabalho ainda continua sendo um eixo centralizador no processo de humanização do indivíduo. Nas palavras de Andrade (2007): “O trabalho é a condição histórica da humanidade, devido a sua indispensabilidade para o atendimento das necessidades humanas, seja a manutenção orgânica da existência humana, seja para a viabilização da sociabilidade dos seres humanos, bem como para evidenciar o triunfo da ação consciente sobre o instinto biológico da sobrevivência” (ANDRADE: 2006, p.44). Mas de que forma as mulheres enxergam o trabalho em suas vivências?

A maneira pela qual as mulheres lidam com o projeto é simples: Há um trabalho sendo construído coletivamente dia a dia, do qual não existe uma liderança. A confecção dos produtos é feita numa dinâmica de trocas, onde cada uma desenvolve um pouco sobre determinada habilidade artesanal, a exemplo o fuxico, e vai repassando às demais. As habilidades se aprimoram cotidianamente e não se reduzem à esfera artesanal, elas também desenvolvem atividades que exigem noções lucrativas e corporativas.

O trabalho realizado em grupo se apresenta ainda de maneira informal, dificultando que a venda dos produtos atinja um público específico ou amplo. Essa característica é observada quando, após confeccionado determinado produto, o grupo passa um tempo indeterminado para vendê-lo, tempo que pode ser curto ou longo. Isso depende da quantidade de materiais disponíveis.

O dinheiro que ganham na confecção de tapetes, puffes e fuxicos é destinado, primeiramente, à reposição de materiais, logo após a renda é dividida entre elas. Cada produto tem uma produção diferente e conseqüentemente um custo também. Por exemplo, para produzir o pufe precisa-se de pneus, tecidos e grampos. Seu preço de custo é R\$30,00.

Demora três horas para ser confeccionado e pode ser feito por apenas uma mulher. Assim, ele é vendido, a um preço de venda, por R\$150,00. Os principais compradores dos pufes são feirantes.

Conceição é mãe de quatro meninas que estudam no P Norte, um bairro vizinho ao Sol Nascente, já na Ceilândia. Pela manhã ela aproveita a carona da irmã e leva suas filhas até a escola. Durante o tempo em que elas estudam, Conceição fica na porta da escola confeccionando tapetes e fuxicos até o término do período. É dessa maneira que divulga seu trabalho para funcionárias e mães que têm vínculo com a escola. Consegue, assim, acompanhar as filhas, “passar o tempo” e ainda alargar o círculo de clientes.

Fátima costuma vender seus produtos para familiares e às vezes para mulheres que vão até sua casa usar de seu serviço de manicure. Dona Isaurina recebe encomendas de pessoas próximas que vão até sua casa realizar a compra, como dito anteriormente ela não se locomove mais para outros espaços da cidade e do DF. Nesses três casos, a venda é realizada diretamente pela artesã e o recurso, portanto, fica com ela, não retornando ao caixa comum da Rede. Alguns trabalhos realizados sob encomendas ou com um público específico geram renda de caráter individual, como no caso de Dona Isaurina, sem necessariamente estarem ligados ao Projeto. Mas existem encomendas também que são direcionadas a todo o grupo, com prazo de produção e pagamento, esta renda por sua vez é compartilhada entre todas que participaram da venda. Os produtos que mais saem na encomenda são pufes e fuxicos. A encomenda geralmente é feita por Associações de outros lugares do DF.

Outro público de vendas, ainda que de menor força, são as feiras, lugar onde expõem majoritariamente: pufes, tapetes e fuxicos. A administração das finanças é responsabilidade de cada uma das participantes. Com certa frequência, elas contam com doações de materiais de diferentes instâncias – igrejas, ONG’s, cooperativas – e elas próprias doam materiais ao projeto. Na ausência de materiais, o que é uma dificuldade recorrente, elas organizam bazar solidário, almoços e eventos para arrecadar fundos.

Mesmo com a pertinência do vínculo com as entidades pelas quais recebem doações, elas não se limitam a essas parcerias. Preferem valorizar a independência financeira e autonomia do grupo sem ter o nome do grupo comprometido a outros tipos de organizações: Falar de despesa, contas, lucro e geração de renda são todos assuntos pertinentes à Rede, mas precisam passar pelo crivo da ideia de economia solidária, como lembra Fátima:

“A economia solidária é a união das pessoas tendo a mesma coisa. Mas a gente não quer patrão, a gente trabalha por nossa conta, pagar nossas despesas e nossas contas, sem precisar de um superior. E aqui a gente consegue, devagar devagar, mas a gente consegue.”

Nesse aspecto, a economia vem sendo recriada por elas de acordo com os materiais que dispõem para a circulação dos produtos e também pelo produto que estão confeccionando no momento. Isto depende diretamente das condições de trabalho em que estão inseridas, como, por exemplo, a quantidade de máquinas de costura, cujo número pode influenciar diretamente na quantidade de produção em determinado tempo. Há momentos em que a renda aumenta entre elas, principalmente quando existem muitas encomendas. Mas também há momentos em que o rendimento apresenta uma queda significativa, quando, por exemplo, faltam materiais ou mesmo clientes assíduos. Os empreendimentos solidários, por essa ótica, apresentam limites diversos desde os produtos à sua confecção e desde as mercadorias às suas circulações no mercado.

Por fim, ao observar os relatos das mulheres da Rede e de como funciona a Economia Solidária na prática, além dos livros lidos, pude chegar à noção de que esta prática econômica tende a afetar de maneira positiva a realidade de mulheres que não conseguiam se movimentar nas perspectivas do trabalho que conheceram ao longo de suas trajetórias. Assim, o espaço das práticas solidárias não sanam todos os problemas vinculados, na maior parte dos casos, à renda, mas ressignificam a forma como se relacionam cotidianamente.

## CAPÍTULO 3

### O MAPA AFETIVO DO FUXICO

*"Sou feito de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.*

*Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... que me tornam mais pessoa, mais humano, mais completo.*

*E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.*

*Portanto, obrigado a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.*

*E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'". (Cora Coralina)*

#### 3.1 As mãos mudam de função

Acostumadas a uma cansável jornada de trabalho doméstico, as oficinas aos sábados incentivam mulheres a terem outro olhar sobre o trabalho, provocado principalmente pela necessidade de compartilharem suas angústias, alegrias e anseios. O espaço é destinado à convivência, criação, produção e a uma sociabilidade que suas rotinas em casa ou nos trânsitos pela rua, na maior parte do tempo, não oferecem. Ademais é uma forma de trabalho.

Além de ganhar "algum" dinheiro com as oficinas, o projeto também é um momento de distração e lazer, do qual Dona Isaurina e suas colegas esquecem a rotina e se dedicam a horas de conversas e costuras. Isso significa esquecer, mesmo que por pouco tempo, da roupa que tem que ser estendida, da louça que tem que ser lavada, da comida que deve ser cozinhada. As mãos mudam de função e é neste momento que se ocupam de outro trabalho que as preenchem de motivação e orgulho.



(A delicadeza do fuxico. Raquel Lustosa, 16/04/2016)

O desenvolvimento do trabalho manual varia, novamente, de acordo com as necessidades que aparecem. Antes de chegar ao DF, Dona Isaurina fiava e tecia algodão, também plantava e cuidava da roça, no Sol Nascente, passou a ser costureira. Mas o trabalho doméstico tanto no Maranhão como no DF, sempre existiu como tarefa. Lá, foi enfermeira e hoje cuida dos netos “dos seus meninos”. O fuxico lhe serve agora como uma ferramenta de autocuidado. Que não a deixa escapar o funcionamento da mente, a sensibilidade da alma. Para que a memória não falhe e sobretudo para que as suas mãos, que por anos não conheceram o significado de descanso, mantenham-se ocupadas.



(Instrumentos de trabalho. A autoria: Raquel Lustosa, 16/04/2016)





(Instrumentos de trabalho. Raquel Lustosa, 16/04/2016)

Rearranjar, realocar e ressignificar os horizontes do trabalho, neste aspecto, nada mais representa do que dar continuidade, por si só, ao funcionamento do seu corpo. Consequentemente configura o “existir” para sociedade, o “ser útil” para a vida coletiva.

A presença firme dá “avó” do grupo – como as colegas costumam nomear Dona Isaurina – é sempre um assunto recorrente ao longo das oficinas. Geralmente ela é uma das primeiras a chegar às oficinas com uma ou duas sacolas na mão. Seus cabelos grisalhos estão sempre presos e as rugas da pele apontam a experiência de vida. Seu lugar nas rodas parece fixo, próximo a uma das máquinas de costura, o qual as mulheres se sentam perto e a observam, perguntam e aprendem com ela: “Haja garra essa mulher”. O conselho que Dona Isaurina dá, o segredo que costuma relevar é o de se manter firme diante dos problemas do mundo, é buscar soluções cabíveis, é compartilhar os desafios cotidianos: “Tem que incentivar, né? Quando eu vou para a Vila Olímpica com meus meninos eu vendo fuxicos lá, mostro pras mulheres de lá, e elas se interessam, a gente vê que tudo aprendemos aqui”.



(A melhor hora do dia: o fuxico. Raquel Lustosa, 03/12/2016)

Assim que as demais colegas começam a chegar, Dona Isaurina e as demais trocam informações que parecem, mas não são corriqueiras. O grau de afetividade que existe entre o grupo, o querer saber se “tá bem”, se comeu, se os filhos estão alimentados ou simplesmente se a saúde “tá em dia” revela o quão sensível é o fortalecimento dos vínculos criados e firmados entre elas. A “explosão criativa e curativa” aparece como processo chave da manutenção das relações construídas até aqui.

O aperfeiçoamento de seus trabalhos advém da experiência coletiva, baseada na intensidade das vivências trocadas por elas no contato profissional e afetivo, e principalmente pela união que constroem. É desta maneira que se entendem e buscam autonomia dentro do grupo:

“Dá pra ligar o trabalho de casa e o trabalho daqui. Agora mesmo eu já deixei a roupa lá batendo, o almoço fazendo e vim pra cá, agora eu vou sair daqui e já tenho o meu almoço, almoça os dois (filhos) depois a gente volta e trabalha de novo. Na semana é corrido, mas vou te falar eu sei fazer muita coisa, mas é aqui que eu to aprendendo” (Dona Fátima)

Trata-se de negociações sobre a forma com que se trabalha, ou melhor, de estabelecer uma autonomia em cima do que se produz, acima de tudo de lançar uma positividade sobre o horizonte do trabalho. “Mais do que gerar renda, tais mulheres – aquelas que geram valor de troca, uso – vínculo – são

capazes de dinamizar o tecido social em seu nível micro.” (CRUZ: 2006, p. 333)

“É além do dinheiro, é as crianças, é o convívio... é o aprendizado né, conhecer vocês também (universitários) que a gente não conhecia. Eu gosto né, já espero o sábado pra vir pra cá um pouco. Levanto cedo faço o que tenho que fazer depois venho pra cá. Eu costuro, eu cuido dos meus netos que é meu ponto fraco cuidar deles, e as outras coisas eu vou levando.” (Dona Isaurina)

Assim vários valores vão se agregando ao conjunto, percebe-se: Dona Isaurina leva seus netos para as oficinas, fuxica, fofoca, trabalha e não perde seus netos de vista, enquanto estes brincam ou realizam tarefas escolares. Enquanto isso Lucélia prepara as cadeiras, organiza os materiais, passa o café (quando Marcílio não o faz), fuxica, fofoca e ao mesmo tempo fica atenta para ver se o almoço está pronto. A essa altura Dona Fátima, que mora a três ruas de distância, já colocou as roupas na máquina e o feijão de molho, está na roda, fuxica, fofoca e interagem com seus dois filhos que ora brincam ora ajudam-na em alguma etapa da finalização do fuxico (seja cortar um pano, desenhar um modelo ou mesmo trançar um retalho).



(Trança a criança. Raquel Lustosa (03/12/2016))

A prática do fuxico envolve história e interação. É uma prática artesanal iniciada há muitos anos, em que mulheres confeccionam panos, geralmente

retalhos, em conjunto. O nome se deu, entre outras origens, porque durante o fuxico as fofocas são colocadas em dia, numa arte de mãos e bocas.

O fuxico torna-se mais viável pois outras atividades exigem uma disposição de materiais e máquinas que o grupo não tem e apesar de ser uma produção com baixa rentabilidade (porque produzido por minúscula unidade), é um material de fácil acesso e comercialização. Esses fatores não eliminam a possibilidade por completo de confeccionar outros produtos, mesmo porque como já dito há uma diversidade de saberes artesanais dentro do grupo que elas compartilham e trocam, isto só reforça o múltiplo valor do fuxico na organização social do coletivo.



(Presilhas de cabelo feitas com fuxico. Raquel Lustosa, 27/08/1016)

No caso de Dona Fátima a renda da Economia Solidária colabora com as contas da casa, mas não finaliza todas as dívidas. Nos dias livre, da semana, ora ela panfleta, ora consegue outro bico, a criação de galinhas e o cultivo de hortas também são contribuições significativas para o sustento do lar. Percebe-se que com os gastos rotineiros da família se torna inviável arcar com as despesas de uma construção realizada em um curto espaço de tempo.

As experiências individuais e coletivas parecem fazer parte de um mesmo reduto, de um mesmo espaço de acolhimento. Quando um tecido, uma agulha, uma tesoura está em falta, dá-se um jeito para repor: realizam bazares ou almoços, quando uma mãe está triste, preocupada, aflita, dá-se um jeito de animá-la: leva-se um saco de retalhos, põe sobre a mesa e divide entre todas;

leva-se uma galinha caipira, prepara-se e faz um almoço para todas; dividem-se as tarefas, desabafam, contam histórias, partilham a vida.

### 3.2 “Aqui eu esqueço meus problemas”



(Entre crochês e risos, Raquel Lustosa, 22/10/2016)

Na maior parte das histórias, nos desabafos e conselhos que eu ouvia nos sábados, o “esquecer os problemas” era a lição que mais importava. Se a criatividade em produzir, movimentar e finalizar uma arte eram tidos como um grande exercício de terapia, trocar ideia não era aqui menos importante.

A espera ansiosa do sábado para sair de casa pode enumerar distintas realidades entre cada mulher: Ruana, em certa oficina, comentou que o marido não a deixa trabalhar e não a permite sair de casa, ficar em casa durante a semana lhe causava tédio e não ter companhia de outras pessoas lhe deixava triste. Na casa, ela e o marido eram a família, não tinham filhos. O marido trabalhava durante a semana todo o dia, já ela se ocupava no trabalho doméstico. Quando soube, por uma vizinha, da existência do projeto seguido das oficinas de corte, costura e artesanato com um grupo de mulheres, enxergou a possibilidade de trabalhar com algo novo e que lhe tirasse do tédio. Como o quintal da Economia Solidária é um espaço majoritariamente composto por mulheres, seu marido “não achou ruim” o fato dela sair de casa, tomando duas, ou três horas no máximo de seu sábado.

Ruana comenta que a renda não é grande, mas como o marido não acredita que rende “alguma coisa”, o que ela ganha com a produção de fuxicos ela guarda para ela. A renda que o marido tira é direcionada aos gastos da casa: água, luz etc. Então, com o dinheiro do artesanato, ela tem autonomia, ainda que limitada, para investir nela e criar uma certa independência das finanças do parceiro.

Nessa mesma intenção de mostrar que o quintal da Economia Solidária é um espaço que opera numa pluralidade de vivências. É preciso compreender que nem sempre o entusiasmo está presente, nem sempre se tem vontade de produzir e criar. Nesse sentido o valor do espaço varia, servindo como um espaço de apoio, para as mulheres “não desanimarem” do trabalho e muito menos de “tentar a vida”.

Certa oficina, que reunia um total de doze mulheres, algumas delas faziam fuxico e outras trocavam pontos de crochê. A data foi marcada por um episódio especial: o recebimento das etiquetas dos produtos, bem como da logomarca do Projeto, ambas produzidas a partir da parceria com o CDT/UnB. Nessa ocasião, todas as mulheres sem exceção conversavam sobre a produtividade dos materiais, imagino que um sentimento coletivo de reconhecimento foi despertado pelo ritual das entregas. Nesse sentido, o seguinte diálogo foi registrado em meu diário de campo:

- Faço fuxico à noite em casa, mas tem vezes que desanima, aí fui desanimando e foi diminuindo a produção. – Maria de Jesus.
- Mas você é muito caprichosa, Jesus. – respondeu Maria das Graças.
- Tem horas que bate o **desânimo** mesmo, Jesus, é normal, o importante é lembrar que ainda tem muita coisa pela frente e vencer o desânimo. – disse Vanderson
- Todo mundo tem desânimo, eu mesma desanimo muitas vezes, mas tô aqui vivinha, comenta Marilene.
- É mesmo, vocês estão certas. – respondeu Maria de Jesus.

Na mesma hora Maria de Jesus retirou um saco de fuxicos da bolsa e colocou em cima da cadeira:

– Olha gente, vou doar esse saco que tem uns cinquenta fuxicos pra **firmar** essa nova fase da gente, que é pra gente não deixar desanimar.

– Fuxico rende mesmo, irmã – disse Maria das Graças. Nesse momento algumas agradeciam com um “muito obrigado, irmã”.

– Rende mesmo, esses dias numa volta eu vendi vinte fuxicos indo pra casa. Num tô dizendo! – afirmou Maria de Jesus.

– Era legal todo mundo fazer isso também, quando for andar e tiver voltando pra casa vender mesmo. – disse Maria das Graças.

(...)

– Gente, quando eu falei de união, eu falei disso, ajudar uma a outra, não deixar desmotivar, nem desanimar, falou Lucélia.

As adversidades latentes do dia a dia causam o que chamam de “desânimo”: as derrubadas de casas na região, por vezes a falta de materiais, os problemas pessoais e a dificuldade da grande parte em manter a casa.

Diante de todos esses problemas, o que estimula a autoestima das participantes é a troca de elogios e incentivos. Como exemplo temos Maria de Jesus que levou um saco de fuxicos para incentivar a produção das meninas. Ela mesma se refere a esse episódio como uma alternativa ao desânimo que as acomete por conta de uma rotina difícil. Ao mesmo tempo, também revelam estratégias de venda de seus produtos, “andar” com a produção.





(Não se diz. Raquel Lustosa, 16/06/2016)

Em outra fala, vi Joanita, outra integrante do projeto, sendo incentivada a continuar a produção e divulgar o trabalho da Rede, já que estava de retorno para a Bahia. Joanita chegou, cumprimentou todas e se sentou ao lado de Dona Isaurina.

- Pensei que você já tava na Bahia! – dizia Conceição
- Já era preu ter ido, mas meu netinho gosta de mim, fazer o quê, né? Ele tá tão gordinho (...) Olha, eu trouxe as florzinhas hoje!, diz Joanita
- Chega lá cê mostra seu trabalho na Bahia, viu. Tá vendo, ela veio com o intuito de aprender e fez. Tu chega lá e diz assim: “Ó o que eu aprendi com as colegas do Sol Nascente...”. – disse Conceição.
- Vocês todas são professoras (em tom de agradecimento.) Eu queria tanto aprender a fazer crochê, é só isso que falta. – continuou Joanita.

O crochê apresenta várias utilidades, mas nesses casos ele é utilizado para valorizar a estética de utensílios da casa ou mesmo para ser o próprio acessório.





(O círculo de mulheres em produção, atrás o galpão já pintado. Raquel Lustosa, 16/06/2016)

Uma variedade de atividades ajuda o grupo a “esquecer os problemas”, seja através de materiais arrecadados, de troca de incentivos, de parcerias etc. A União se estabelece quando “não se deixa desanimar” para que o trabalho conjunto e individual seja valorizado e reconhecido.

### 3.3 “A gente se sente dona disso aqui”



(“ A gente se sente dona disso aqui”. Raquel Lustosa: 16/04/2016)

“Depois que comecei a fazer parte do projeto, minha vida mudou bastante. **A gente se sente dona disso aqui também**, a gente fica animado. O primeiro fuxico que fiz não saiu bom não, mas com a prática

hoje em dia sai melhorzinho, né? O pessoal diz: “Ah, na Ceilândia e no Sol Nascente só tem bandido...” E não é assim, cês sabem. Aqui é difícil porque estamos começando ainda, aqui tem muita mulher sonhadora, a gente aqui tá lutando... Tem dia que tem muita gente aqui, tem dia que nem tanto e assim vamos construindo nosso espaço. Eu estou aqui já faz um tempo e desde o dia que pisei aqui as coisas só foram melhorando, graças a Deus. (Maria das Graças, Artesã, Costureira)

“A Economia Solidária pra mim é assim... O nome já diz: é a solidariedade que une as pessoas, ou seja, a união. Pra nós que trabalha com economia solidária é uma **terapia**, né? É uma verdadeira terapia pra gente que mexe com artesanato, não só pra mim, como pra todas as mães que vem aos sábados. E é uma terapia porque vai além do financeiro né, é na amizade, na união, no dia a dia produzindo juntas.” (Lucélia, artesã e costureira).

É de grande significância o empoderamento que as mulheres constroem dentro do grupo. A experiência de fazerem parte de um projeto que tem se destacado dentro da comunidade é importante para que se sintam, de fato, donas de algo. O “tentar a vida” aqui faz mais sentido quando se encontram, entre diferentes e semelhantes, em estado de reconhecimento e resistência.

As variadas conversas e histórias de vida de cada uma lhe serviram para o aprendizado da técnica de fuxicar, de costurar, de ensinar. Permitiram-nas também construírem, por si próprias, uma identidade relacionada ao “ser mulher” no Sol Nascente e conseqüentemente ser “mulher sonhadora”.

Aos poucos, através do projeto, essas mulheres vão aperfeiçoando o trabalho, a experiência e domando o tempo juntamente ao sentimento de serem donas de um espaço que ansiaram muito. As parcerias ajudam com a questão da oficialização – em termos legais – do projeto a fora.

A relação de trabalho desenvolvida por essa rede aproxima de maneira única, realidades movidas coletivamente, pela necessidade de permanecer na vida diante de todas os impasses que as acometem: seja no plano do

desemprego, seja no plano das instáveis moradias, seja no plano da precária assistência de saúde, seja no difícil acesso a mobilidade, ou mesmo sobre todas essas possibilidades reunidas que geralmente resultam entre elas vínculos afetivos sob estratégias (dimensões) solidárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Priscilla Maia. A Economia Solidária é feminina? Análise da Política nacional de economia solidária sob a perspectiva de gênero. 2007. (Tese de Mestrado) Universidade de Brasília.

BORGES, A. Tempo de. Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume. Dumará. 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*”. *Sociedade e Cultura*, 2007, v. 10, n. 1, pp.11-27.

BRUSSI, Júlia Dias Escobar. Da “renda roubada” à renda exportada: a produção e a comercialização da renda de bilros em dois contextos cearenses. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000) *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CANANI, Aline Sapiezinskas Kras Borges. De bonecas, flores e bordados: investigações antropológicas no campo do artesanato em Brasília. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, Tânia Cristina da Silva. “Qual é o teu trabalho mulher?” Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária. (Tese de Doutorado em Sociologia). Brasília: UNB, 2006.

DAVIS, Mikes (2006). Planeta favela. São Paulo, Boitempo.

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares/ Claudia Fonseca. - 2.ed – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Cristina *Patriota* de. 2012. *Condomínios* no Brasil Central: expansão urbana e antropologia. Brasília, Letras livres, Ed. Universidade de Brasília. (pp. 212-239)

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. 2013 e 2015. Pôr do Sol e Sol Nascente.

PEIRANO, Mariza. 2008. “Etnografia ou a teoria vivida”. *Revista Ponto Urbe*, ano 2, v. 2, pp. 1-10.

RIBEIRO, Gustavo. O Capital da Esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007, 152 p.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. et al. Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

TAVARES, Breitner. 2012. “Na quebrada, a parceria é mais forte: Jovens, vínculos afetivos e reconhecimento na periferia”. São Paulo/Brasília, Annablume/Fundo de Apoio a Cultura do Distrito Federal.

VELHO, Gilberto. "Observando o Familiar". In\_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 121-133.

WRIGHT-MILLS, Charles. "Do artesanato intelectual". In\_\_\_\_\_. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980[1959], pp. 211-243.